



ACADEMIA MILITAR

O Marcelismo e a Fase Final da Guerra em África (1968-1974)

Autor: Aspirante Aluno de Artilharia João Carlos Lourenço e Silva

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Rui Bonita Velez

Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Artilharia

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2020



ACADEMIA MILITAR

O Marcelismo e a Fase Final da Guerra em África (1968-1974)

Autor: Aspirante Aluno de Artilharia João Carlos Lourenço e Silva

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Rui Bonita Velez

Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Artilharia

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2020

ΕΠΪΓΡΑΦΕ

Quod scripsi, scripsi.

Pilatos

DEDICATÓRIA

A toda a minha Família por estarem sempre presentes.

À Ana na sua doce existência.

AGRADECIMENTOS

No meu ainda curto percurso como militar e como estudante, várias foram as entidades que me ajudaram e me moldaram a ser quem sou e que, de uma maneira ou de outra, tornaram um pouco mais fácil a minha caminhada até ao fim do curso. Assim sendo, aqui deixo os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador, o Tenente-Coronel de Infantaria Rui Bonita Velez, por toda a sua disponibilidade desde o primeiro momento, e pelo acompanhamento constante ao longo da investigação, para além da sua capacidade de cativar o meu interesse não só pelo tema da investigação, mas também pela História Moderna e Contemporânea.

Ao Tenente-Coronel de Artilharia Pedro Marquês de Sousa, pela ajuda inicial na escolha do tema, bem como a disponibilidade total ao longo da investigação, através da disponibilização de documentos e apoio quando necessário.

Ao Major de Artilharia Humberto Gouveia e ao Capitão de Artilharia Simão Moreira, por todos os ensinamentos pessoais e militares, ao longo do curso de Artilharia, e pelo exemplo que são, como pessoa e militar, para mim.

Agradeço em especial à minha família, à Ana, ao Alexandre e ao Chico, por estarem sempre presentes, pela eterna compreensão por todo o meu tempo ausente de vocês e por tudo aquilo que são e representam para mim.

Agradeço também a todas as Instituições que desempenharam um papel ativo na minha formação. Em especial às que me apoiaram nesta investigação, deixando aqui o meu apreço pela ajuda prestada pelos funcionários do Arquivo do Ministério da Defesa, estando sempre disponíveis para orientar a investigação.

RESUMO

O trabalho por nós desenvolvido pretende caracterizar a política de defesa praticada por Marcelo Caetano enquanto Chefe do Governo português, no período entre 1968 e 1974, através do estudo da ação governativa perante o desenvolvimento dos acontecimentos em África. Ao mesmo tempo foi nosso objetivo estudar a política de defesa do seu antecessor, Oliveira Salazar, de modo a que fosse possível construir pontos de rutura ou de continuidade entre as duas linhas de ação política praticadas por estes dois líderes políticos, em períodos diferentes, mas contíguos.

O trabalho foi desenvolvido segundo o método histórico, procurando enfatizar a problemática em questão, abordando os acontecimentos de uma forma diacrónica e sincrónica, bem definidos na linha temporal de modo a que nos fosse possível desenvolver a caracterização da política de defesa de Marcello Caetano, orientada por um rigoroso e criterioso quadro conceptual.

A principal conclusão deste trabalho reside na definição da política de defesa Marcelista, enquanto uma continuação, uma evolução ou uma rutura, face à política de defesa Salazarista. Com os primórdios da governação de Caetano, a serem pautados por uma aparente “abertura”, começou-se a acreditar que este traria novas políticas e novas ideias, rompendo com o que vinha a ser feito até então pelo seu antecessor. Caetano, ao mesmo tempo, deixou claro que iria considerar todo o trabalho herdado, mas não descartando a hipótese de uma certa evolução em determinadas políticas, na qual se inseria a política de defesa. Com o avançar do tempo, e com o aumento das dificuldades governativas a nível interno e a nível da guerra colonial, a incerteza instalou-se e, conseqüentemente, os traços de proximidade à política anteriormente conduzida por Salazar, tornaram-se evidentes.

Assim sendo, a política de defesa de Caetano pode-se caracterizar como sendo uma continuidade da política de defesa de Salazar, verificando-se, no entanto, uma tentativa de evolução em certos referenciais políticos do regime. Contudo, mesmo que inicialmente, e em determinados momentos, pudesse ser associada a uma certa evolução, na prática, esse tal efeito evolutivo nunca se viria a concretizar.

Palavras-Chave: Política, Guerra, Colonial, Caetano, África

ABSTRACT

Our investigation intends to characterize the defense policy carried out by Marcello Caetano as Head of the Portuguese Government, between 1968 and 1974. We intend to do it by studying the government action in the face of developments in Africa. At the same time, it was our goal, to study the defense policy of the predecessor, Oliveira Salazar, so that we could build rupture or continuity points between the two guidelines of political action, in different though contiguous times.

The thesis was developed according to the historical method, trying to emphasize the problematic aspect of this investigation, addressing the events in a diachronic and synchronic way, well defined in the timeline so that we could develop the characterization of Marcello Caetano's defense policy, guided by a rigorous conceptual framework.

The main conclusion of this research lies in the definition of the Marcelist defense policy, as a continuation, an evolution or a rupture, when compared to Salazar's defense policy. With the beginnings of Caetano's governance, to be guided by an apparent "openness", people started to believe that he would bring new policies and new ideas, despite what had been done until then by his predecessor. At the same time, Caetano made it clear that he would consider all the inherited work, but not discard the hypothesis of a certain evolution in certain policies, as the defense policy. Over time, with the increase of governmental difficulties at internal level and also externally – colonial war, uncertainty was installed and the traces of proximity to the policy previously conducted by Salazar, became evident.

Therefore, Caetano's defense policy can be characterized as a continuation of Salazar's defense policy, even though there was an attempt of development in certain aspects. It could initially, and in certain moments, be associated with a certain evolution however this evolution would never come to fruition in concrete effects.

Keywords: Politic, War, Colonial, Caetano, Africa

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLOGIA	4
1.1. Enquadramento Teórico	4
1.2. Metodologia.....	8
CAPÍTULO 2: AS POLÍTICAS DE DEFESA DE SALAZAR E CAETANO.....	10
2.1. A Política de Defesa de Salazar	10
2.2. A Evolução de Marcello Caetano.....	21
2.3. O Problema da Sucessão	22
2.4. O “Reinado” de Marcello Caetano	25
CAPÍTULO 3: O Emprego da Componente Militar entre 1968 e 1974.....	31
3.1. Fundamentos do Emprego da Componente Militar	31
3.2. Em Angola de Costa Gomes.....	32
3.3. Na Guiné de Spínola.....	35
3.4. Em Moçambique de Kaúlza de Arriaga	37
CAPÍTULO 4: AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTO MILITAR – QUEM E COMO SE EQUIPOU PORTUGAL?	39
4.1. Enquadramento: O Início da Guerra.....	39
4.2. O Exército e o seu Material	40
4.3 A Armada e o seu Material.....	44
4.4 A Força Aérea e o seu Material.....	45
4.5. A compra dos Caças <i>Mirage</i> e dos Mísseis <i>Crotale</i>	46

CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº 1 - Capa de Jornal a anunciar a escolha de Marcello Caetano, 27 de setembro de 1968	II
Figura nº 2 - Análise do "News Check", 8 de novembro de 1968	III
Figura nº 3 - Comentário da BBC, 28 de novembro de 1968	IV
Figura nº 4 - Continuação do comentário da BBC.....	V
Figura nº 5 - Comentário da BBC com análise da reação da Ala Liberal Portuguesa.....	VI
Figura nº 6 - Escutas realizadas à Rádio Portugal Livre, 4 de dezembro de 1968.....	VII
Figura nº 7 - Situação Militar nas Colónias a 20 de dezembro de 1968	VIII
Figura nº 8 - Análise do Discurso de Marcello Caetano, 4 de março de 1974	IX
Figura nº 9 - Telegrama enviado para o Governo português em março de 1973.....	X
Figura nº 10 - Telegrama para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício	XI
Figura nº 11 - Continuação do Telegrama para Rui Patrício	XII
Figura nº 12 - Restrições ao emprego dos Mirage	XIII
Figura nº 13 - Uso de Napalm e Armas Incendiárias em Angola, 1973	XIV
Figura nº 14 - Uso de Napalm e Armas Incendiárias na Guiné, 1973	XV
Figura nº 15 - Continuação do documento sobre o uso de Napalm e Armas Incendiárias na Guiné	XVI
Figura nº 16 - Registo do uso de Napalm e Armas Incendiárias entre 1968 e 1973 em Moçambique	XVII
Figura nº 17 - Objetivos da utilização do Napalm e das Armas Incendiárias em Moçambique	XVIII
Figura nº 18 - Militar a segurar uma bomba de Napalm.....	XIX
Figura nº 19 - PV2 a ser carregado com bombas Napalm	XX

LISTA DE ANEXOS

Anexo A: Capa de jornal com a escolha de Marcello Caetano

Anexo B: Reação da Imprensa Internacional ao novo Governo de Marcello Caetano

Anexo C: Escutas realizadas à Rádio Portugal Livre

Anexo D: Situação Militar nas Colónias

Anexo E: Análise do discurso de Marcello Caetano

Anexo F: Compra dos Caça *Mirage*

Anexo G: Uso de Armas Químicas e Incendiárias nas Colónias

Anexo H: Tropas Portuguesas com *Napalm*

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AA: Antiaérea

CIAAC: Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea e de Costa

CINAMIL: Centro de Investigação Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar

CIOE: Centro de Instrução de Operações Especiais

cm: Centímetros

EPI: Escola Prática de Infantaria

EUA: Estados Unidos da América

FAP: Força Aérea Portuguesa

FFAA: Forças Armadas

FLING: Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné

FN: *Fabrique Nationale d'Herstal*

FNLA: Frente Nacional de Libertação de Angola

FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique

GF: Guerra Fria

MANU: *Mozambique African National Union*

MDN: Ministério da Defesa Nacional

MLGCV: Movimento de Libertação da Guiné e Ilhas de Cabo Verde

mm: Milímetros

MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola

NATO: *North Atlantic Treaty Organization*

NEP: Normas de Execução Permanentes

ONU: Organização das Nações Unidas

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAIGC: Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PIDE/DGS: Polícia Internacional e de Defesa do Estado / Direção-Geral de Segurança

RAS: República da África do Sul

RFA: República Federal da Alemanha

TCor: Tenente-Coronel

TO: Teatro de Operações

ton: Tonelada

UDC: União Democrática Cabo Verdiana

UNIMOG: *Universal-Motor-Gerät*

UNITA: União Nacional para a Independência Total de Angola

UNGP: União dos Naturais da Guiné Portuguesa

UPA: União das Populações de Angola

UPG: União Popular da Guiné

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada marca o término do Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Artilharia, que tem por objetivo dotar os alunos com o grau de “Mestre”. Mestrado esse que visa, segundo o Decreto-Lei nº 37/2008, preparar quadros com competências e capacidade para comandar unidades de Artilharia ou de armas combinadas, em situações de paz ou em situações de risco do conflito armado, em resposta às exigências da defesa nacional (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2008).

O trabalho de investigação que nos propomos desenvolver tem como tema “O Marcelismo e a Fase Final da Guerra em África (1968-1974)”, e pretende caracterizar a evolução da política de defesa entre 1968 e 1974, através da ação do Governo nos três Teatros de Operações (Angola, Guiné e Moçambique), tentando perceber se existiu uma linha de rutura, evolução ou continuidade com o que vinha a ser desenvolvido em termos de política de defesa por Salazar. Por conseguinte, é aqui que reside a nossa motivação para a realização deste trabalho de investigação que, na prática, materializa o exercício académico de tentar perceber de que modo é que Marcello Caetano conduziu a política de defesa do seu regime.

Durante este período, com Marcello Caetano a liderar o regime, procedeu-se a diversas reformas sociais, educacionais e económicas, ao mesmo tempo que se tentava uma tímida abertura política, sempre com o objetivo de encontrar uma solução política para aquilo que era o “tendão de Aquiles” do regime, a Guerra Colonial. Segundo Bernardo (1994), Marcello Caetano defendia uma política de “evolução na continuidade” e uma estratégia de “autonomia progressiva” das colónias, o que levou a um prolongamento da guerra e o conseqüente agravamento da situação militar.

O período proposto para estudo, como está espelhado no livro de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes (2005), irá abordar temáticas assentes na política de defesa de Marcello Caetano, como a “africanização da guerra”, já levado a cabo pelo seu antecessor, Oliveira Salazar, as dificuldades de aquisição de equipamento militar, as soluções ensaiadas perante a intensificação da luta armada dos independentistas, o esforço de mobilização da metrópole e as medidas tomadas pelos chefes militares em cada um dos Teatros de Operações (TOs), com a mudança do carácter das operações militares.

Apesar de existirem diversos estudos sobre o período Marcelista, em que é dado um maior foco à política, à diplomacia e à economia, a pertinência deste tema prende-se com o

facto de que, a nível da política de defesa, existe uma janela de oportunidade para abordar este período da guerra, de um ponto de vista ainda pouco desenvolvido. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral fazer uma análise sobre o modo como foi conduzida a política de defesa durante o período de Marcello Caetano (1968-1974), focando-se na vertente militar, mas tendo em conta as ações do regime e a sua forma de conduzir a guerra.

De modo a orientar a nossa investigação de acordo com o objetivo geral, a Questão Central que identificámos foi a seguinte **“Como se caracterizou a política militar na Guerra de África durante o período de Marcello Caetano (1968-1974)?”**. A título de clarificação, apesar de na pergunta de partida se encontrar o termo política militar, o que iremos abordar será objetivamente a política de defesa do governo.

O aspeto formal do trabalho vai ao encontro daquilo que é definido pela Academia Militar, para a elaboração de Trabalhos de Investigação, ((NEP) 522/1ª de 20 de janeiro de 2016). A estrutura do trabalho está relacionada com os objetivos específicos da investigação. No primeiro capítulo está inserido o enquadramento teórico e a metodologia a utilizar no decorrer do trabalho. É através do enquadramento teórico que apresentamos o quadro conceptual pelo qual o trabalho se guia, com os conceitos basilares à nossa investigação, ao mesmo tempo que são apresentadas as principais obras que foram consultadas na primeira fase do processo científico e quais os seus principais contributos para o nosso trabalho. Conjuntamente, é no desenvolver do enquadramento teórico que apresentamos a nossa escolha para a terminologia a usar durante o trabalho, sustentada por obras de diversos autores. A metodologia relega-nos para a forma como organizámos cientificamente os dados disponíveis.

Quanto ao segundo capítulo, começamos por analisar a política de defesa de Salazar e de que modo é que o regime se preparou, encarou e conduziu a Guerra Colonial. Com Portugal inserido na Organização do Tratado do Atlântico Norte, a partir de 1949, e na Organização das Nações Unidas, a partir de 1955, as decisões referentes às colónias ultramarinas estavam condicionadas não só pela pertença a essas organizações, mas também pelo panorama internacional. Ainda no decorrer do 2º Capítulo, o estudo focou-se na política de defesa de Marcello Caetano e nos ideais que trouxe consigo quando assumiu o Governo de Portugal. A necessidade de analisarmos tanto a política de defesa de Salazar, como a de Marcello Caetano, no espaço temporal que decorre entre 1961 e 1974, prende-se com o facto de conseguirmos estabelecer linhas de rutura ou de continuidade entre estes dois Governos.

Para fazer face ao desenvolvimento da Guerra Colonial, o Governo de Marcello Caetano teve de se adaptar a novos problemas tanto nas colónias como na metrópole. Com

os movimentos de libertação a possuírem cada vez mais capacidade de enfrentar as tropas portuguesas, e com os militares portugueses cada vez mais saturados de um conflito que já durava há quase dez anos, a governação de Caetano não foi fácil, e exigiu do líder português capacidade de resposta e de criação de mecanismos para manter os níveis aceitáveis nas Forças Armadas Portuguesas para fazer face ao conflito. Assim sendo, o terceiro capítulo diz respeito ao estudo do emprego da componente militar entre os anos de 1968 e 1974. Posteriormente dedicámo-nos à análise do equipamento utilizado na Guerra Colonial, durante o período de Marcello Caetano, voltando a analisar se houve alguma alteração do que estava a ser feito por Salazar. Estando Portugal dedicado a uma guerra colonial, em que defendia a todo o custo os territórios ultramarinos, vários eram os países que contestavam a vontade do regime português e exigiam o direito à autodeterminação dos povos africanos. Para mostrar o descontentamento para com as decisões portuguesas, muitos eram os países que se recusavam a qualquer tipo de relação com Portugal, exigindo do Governo português um esforço acrescido para conseguir alimentar o esforço da guerra. Toda esta análise será feita ao longo do quarto capítulo.

CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLOGIA

1.1. Enquadramento Teórico

Qualquer que seja o trabalho de investigação, este deverá assentar em conceitos basilares ao tema em estudo. Sendo assim, fazendo o nosso trabalho um estudo daquela que era a política de defesa desempenhada pelo regime de Marcello Caetano, por uma questão de rigor conceptual, é necessário contextualizar os conceitos de *política*, de *estratégia*, de *relações internacionais* e de *guerra colonial*.

Simultaneamente, é importante um trabalho deste género fazer referência ao que já foi estudado sobre o assunto que nos ocupa evitando, dessa forma, sobreposições de investigação, e, para além disso, para servir também como elemento auxiliar na melhoria e desenvolvimento de novas interpretações científicas. Dessa forma, faremos referência às principais conclusões, que resultaram da análise das obras que consultámos e que nos serviram de referência para o início da nossa investigação.

Começando por explicar o porquê de escolhermos o termo *Guerra Colonial* em vez de *Guerra do Ultramar*. Primeiro que tudo devemos recordar que esta temática divide inúmeros autores, não sendo manifestamente consensual a forma como nos devemos referir a este importante episódio da História Contemporânea de Portugal. De um lado estão os que defendem que este conflito armado devia designar-se por *Guerra Colonial*, pois Portugal detinha colónias e praticava uma política colonialista. Simultaneamente existem autores que defendem que o conflito era na verdade uma *Guerra do Ultramar* à semelhança do que defendia o regime, dizendo que o país não possuía colónias, mas sim províncias que iam desde o Minho até Timor.

O regime português classificou o estatuto dos territórios além mar como “províncias ultramarinas” através da Lei 2.066, promulgada a 27 de julho de 1953, com o objetivo de contornar o artigo 73º da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), que impunha restrições na manutenção de territórios não independentes. Simultaneamente, quando tentamos definir o conceito de “colónia”, chegamos à conclusão de que os territórios coloniais estão sob governação de um poder político exterior e de um grupo étnico cultural dominante (Lara, 2005).

Assim sendo, pensamos que o termo que se apresenta como mais apropriado para definir o conflito português, será *Guerra Colonial*, sendo essa a designação que será usada durante o decorrer do trabalho.

Quanto aos conceitos, começemos por definir *Estratégia*. Segundo Abel Cabral Couto, *estratégia* é a “ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos (...)” (1988, p. 209). Mais tarde, Mendes Dias sistematiza o conceito de *estratégia* como sendo “(...) a ciência/arte de gerar, estruturar e utilizar recursos tangíveis e intangíveis a fim de uma organização atingir objetivos por si estabelecidos, que suscitem ou podem suscitar hostilidade (...)” (2012, p. 278). Esta evolução é importante para compreendermos que a finalidade da *estratégia* é a consecução de objetivos políticos conflituais, através do desenvolvimento e utilização da força, ao mesmo tempo que a competência da sua utilização se situa nas mais altas hierarquias civis e militares (Borges, 2018).

Daqui, facilmente percebemos que é obrigatório clarificar o conceito de *política*. Segundo as palavras de Marcello Caetano, a *política* pode ser definida como a “atividade dos órgãos do Estado, cujo objetivo direto e imediato é a conservação da sociedade política e a definição e prossecução do interesse geral”, podendo a *política* ser dividida em dois vértices: a Defesa Nacional e a Segurança Nacional. A componente que nos irá ocupar será, precisamente, a primeira.

Ou seja, olhando para os “objetivos”, conseguimos estabelecer a relação entre *política* e *estratégia*. A *estratégia* auxilia na definição dos objetivos, enquanto a *política* os fixa. A *estratégia* define os conceitos de ação e as doutrinas, ao mesmo tempo que indica à *política* os tipos de meios e processos para se atingir os objetivos e os recursos necessários para o efeito (Borges, 2018).

Portanto, na lógica de consecução de objetivos ditos conflituais, é importante entender as relações entre Estados, começando por definir o conceito de *Relações Internacionais*, segundo Philippe Braillard (1990), “as Relações Internacionais são tradicionalmente consideradas como o conjunto de ligações, relações e de contacto que se estabelecem entre Estados, através da política externa”, tendo a comunidade internacional um carácter essencialmente anárquico. Esta última afirmação remete-nos para o paradigma realista das *Relações Internacionais*, que defende que os Estados são os atores fundamentais num sistema internacional, onde impera a anarquia internacional, no sentido em que não existe forma de hierarquizar as relações entre os Estados que vivem obcecados na consecução dos seus interesses nacionais.

Definido o quadro conceptual no qual se integra o nosso trabalho de investigação, há agora que destacar as obras que deram o suporte teórico inicial ao trabalho. A biografia de Marcello Caetano, escrita pelo investigador José Manuel Tavares Castilho, permite perceber

o pensamento político de Marcello Caetano, não só enquanto esteve no poder, mas também de que forma foram fundamentados os seus ideais ao longo da vida. É através desta obra que nos é possível começar a estruturar o nosso pensamento quanto aos equilíbrios que Marcello Caetano tentou manter no seu Governo, ao fazer uma aproximação à Ala Liberal, ao mesmo tempo que tentava não perder o apoio dos mais conservadores. Para nós, a conclusão mais relevante da obra de José Manuel Tavares Castilho, é a de que a governação de Marcello Caetano ficou caracterizada por sucessivas tentativas de evolução, que em nada se traduziram, enquanto as verdadeiras medidas tomadas por ele eram sustentadas em políticas de continuidade relativamente aos ideais do seu antecessor, culminando no fim do Estado Novo.

Através da obra “Guerra Colonial” de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, conseguimos analisar o desenrolar de toda a guerra nas mais diversas vertentes, explicando as operações mais decisivas, bem como toda a componente militar, dividida por vertentes e ramos das Forças Armadas. Como principais conclusões, esta obra destaca o período que antecedeu a Guerra Colonial como sendo fundamental para a forma com que Portugal encarou os conflitos, desde a entrada na NATO, que levou a uma atualização das Forças Armadas Portuguesas, à nova tipologia de conflitos que Portugal se preparava para enfrentar, tudo acabaria por condicionar a política de defesa portuguesa. Ao mesmo tempo, a obra de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, apresenta o esforço político, militar e social, que uma guerra com uma duração tão extensa exigiu de Portugal.

Dentro desta linha de pensamento, surgiu-nos também os dois volumes da obra “A Guerra de África 1961-1974” de José Freire Antunes, com testemunhos de vários intervenientes na Guerra Colonial, que foram devidamente analisados para se procurar fundamentar as conclusões de outros autores. De todos eles, destacamos o testemunho de Américo Tomás e do general Spínola.

Ainda na linha das memórias e dos testemunhos, que obrigaram a um exercício analítico exigente tendo em conta o carácter parcial e justificativo de muitos deles, não nos podemos esquecer dos livros de Leonor Xavier e de Silva Cunha. O primeiro diz respeito a uma entrevista que Rui Patrício deu a Leonor Xavier, em que aborda toda a sua experiência dentro do regime, sendo de destacar os testemunhos acerca do tempo em que representou o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Nomeado por Marcello Caetano, coube a Rui Patrício muitas vezes debater e justificar internacionalmente as opções da política de defesa do regime português. Quanto ao segundo testemunho, este apresenta um importante contributo no que diz respeito ao conhecimento acerca da política de defesa de Marcello Caetano e

quais os problemas que o regime enfrentava, quer em termos políticos, quer em termos militares, com o arrastar da Guerra Colonial.

A obra de Rui Ramos e Manuel Cruz, “Marcello Caetano – Tempos de Transição” dá-nos uma visão geral do período de transição entre Salazar e Caetano, bem como as mudanças que se perspectivavam, fazendo também um recuo cronológico ao tempo da governação de Salazar de modo a que se torne possível denotar as alterações, quer nas relações externas, quer na política de defesa. As principais conclusões desta obra prendem-se com a importância que os autores dão às relações que Portugal mantinha com o exterior, fazendo referência ao isolamento internacional, a que a política de Salazar conduziu Portugal.

A obra de José Castilho, “A ideia de Europa no Marcelismo (1968-1974)” permite-nos analisar de que modo eram conduzidas as relações entre Portugal e os países europeus. Estando Portugal mergulhado numa guerra nas colónias, as relações externas que mantinha com a vizinha Europa revelaram-se de extrema importância, não só para alimentar o esforço de guerra, mas também para manter a economia viva em Portugal. A procura de integração europeia por parte de Portugal deveu-se em grande parte a razões económicas, havendo sempre por parte do regime uma tentativa de disfarçar os problemas interinos de Portugal.

Contudo, nem só com a Europa interessa analisar as relações que Portugal desenvolvia, a obra “Nixon e Caetano, Promessas e Abandono” de José Freire Antunes, dá especial relevo às relações externas entre Portugal e EUA, numa altura em que os governantes Richard Nixon e Marcello Caetano estavam no poder. Através da análise desta obra conseguimos perceber de que modo é que se levavam a cabo as relações, a compra e venda de material de guerra e que tipos de investimentos é que os EUA tinham em Portugal e a troca de quê. Anteriormente ao governo de Nixon e Caetano, as relações entre Portugal e os EUA estavam distantes, resultado da política anticolonialista perpetuada pelo líder americano, John F. Kennedy, e pela intransigência de Salazar em abdicar dos seus ideais. Com a mudança de líderes, dá-se um novo reaproximar dos dois Estados, que começam novamente a negociar possíveis relações.

Por fim, para sustentação de dados técnicos e numéricos acerca do Exército Português, toda a obra da Comissão para o Estudo das Campanhas em África, publicada pelo Estado-Maior do Exército, revelou-se ser bastante oportuna.

1.2. Metodologia

A metodologia que decidimos utilizar em muito traduz a forma como abordamos a informação que temos ao nosso dispor, e, acima de tudo, como a vamos trabalhar. Tal como referido por Quivy e Campenhoudt “Uma investigação é, por definição, algo que se procura” (2017, p. 31). Para que um trabalho de investigação no âmbito das ciências sociais seja bem sucedido há que respeitar as regras já resumidas por Gaston Bachelard e explanadas por Quivy e Campenhoudt que nos dizem que “o facto científico é conquistado, contruído e verificado” (2017, p. 25). Traduzindo assim as etapas do procedimento científico, que são a “Rutura, a Construção e a Verificação”. A “rutura” diz respeito ao romper com ideias que são preconcebidas ou preconceitos que poderíamos ter, fruto da nossa vivência, e que se não a efetuarmos, acabaremos por condicionar o nosso estudo. A “construção” é necessária para que nos seja possível alcançar proposições explicativas sobre o tema a estudar, bem como as conclusões que devemos esperar, é através da construção que conseguimos chegar a factos possíveis de se levar à etapa seguinte, a da “verificação”. Para que uma conclusão possa ter valor científico, há que poder ser verificada ou experimentada, daí a extrema importância da etapa da “verificação” (Quivy & Campenhoudt, 2017).

Relativamente à pesquisa, análise e tratamento de informação será realizada com base no método histórico, assente em pesquisa documental. O método histórico é tão bem executado quanto melhor for a capacidade do historiador em descobrir documentação, em limitar a problemática e em retirar as devidas conclusões. Para isso, muito depende da sua iniciativa, da sua habilidade para utilizar os instrumentos de trabalho, da sua inteligência e da sua cultura. Assim sendo, o método histórico deve assentar nos pilares da heurística, da crítica e da síntese (Neves, Couto & Pinto, 1987).

Se quisermos detalhar, a heurística, exercício sempre exigente, remete-nos para as regras, instrumentos e modos de trabalhar tradicionais, ou seja, quase que apresenta as etapas necessárias no processo de nos tornarmos historiadores. Seguidamente, a crítica é necessária, pois só com ela no pensamento é que nos devemos debruçar sobre a informação que temos ao nosso dispor. Apresentar um sentido crítico é garantir a melhor recolha de dados que os documentos e fontes que temos ao nosso dispor nos fornecem. Por último temos a síntese, estreitamente ligada à construção da narrativa, cuja qualidade é inalienável do historiador, pois só com ela é que lhe será possível reconstruir de maneira inteligível e imparcial o passado humano. A narrativa será tão apurada quanto o poder de síntese do historiador (Neves et al. 1987).

O esforço de pesquisa será baseado em investigação em fontes primárias e publicadas, sempre numa perspetiva diacrónica e sincrónica, com os acontecimentos bem definidos na linha temporal, com o objetivo de caracterizar a evolução da política de defesa. Ao orientarmos a nossa perspetiva de uma maneira diacrónica e sincrónica, estamos a reforçar a ideia que, tal como definido por Godinho (citado por Neves et al. 1987), nos diz que a história é uma maneira de pensar os problemas humanos, sendo a sincronia, aquilo que coexiste num dado momento de tempo, e que para ser explicada temos de nos socorrer da diacronia, que dispõem e analisa os acontecimentos e as alterações de paradigma ao longo do tempo, apresentando assim uma evolução cronológica.

A metodologia por nós adotada tem de nos permitir dar foco à problemática em questão, dando ênfase ao ambiente político, social e económico que se vivia não só em Portugal como também nas colónias, sem esquecer o contexto internacional, de modo a que nos conduza a um melhor entendimento da documentação que temos ao nosso dispor. Tendo por base este racional, ao longo do trabalho pretendemos abordar a temática da política de defesa de Marcello Caetano e que implicações esta trouxe ao emprego da componente militar e na aquisição de material de guerra.

Posto isto, como questão central, apresentamos a seguinte, “Como se caracterizou a política militar na Guerra de África durante o período de Marcello Caetano (1968-1974)?”. Para que nos fosse possível responder à questão central, tendo em conta os objetivos específicos elencados anteriormente, procedemos à elaboração das seguintes questões derivadas: 1ª Questão Derivada “Como se caracterizaram as políticas de defesa de Salazar e Caetano?”; 2ª Questão Derivada “Como decorreu o emprego da componente militar entre 1968 e 1974?”; 3ª Questão Derivada “Quais foram as principais aquisições ao nível de equipamento militar entre 1968 e 1974”.

CAPÍTULO 2: AS POLÍTICAS DE DEFESA DE SALAZAR E CAETANO

2.1. A Política de Defesa de Salazar

Decorria o ano de 1949 quando Portugal integrou, como Estado fundador, a Organização do Tratado do Atlântico Norte¹ (OTAN). Esta organização apresenta-se como sendo uma aliança política e militar, que tem como objetivo garantir a liberdade e segurança dos seus membros através de meios políticos e militares. Contudo, a sua vocação inicial assentava na defesa face a possíveis ataques da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). É de salientar que a integração nesta organização implicava uma padronização da doutrina militar para todos os Estados Membros.

Assim sendo, os anos de 1949 e 1952 vão marcar profundamente a doutrina militar portuguesa. O primeiro, como anteriormente referido, diz respeito à assinatura do Tratado do Atlântico Norte, enquanto o segundo refere-se ao ano da Cimeira de Lisboa que ditou o futuro da NATO. Para Portugal, a entrada nesta aliança revestia-se de extrema importância pois “legitimou internacionalmente o regime autoritário português, reduzindo os riscos de isolamento internacional do Governo de Lisboa” (Marcos, 2010, p. 69). Com a pertença a uma organização militar de cariz internacional, Portugal aproximava-se das potências ocidentais e demarcava-se das proximidades ao regime espanhol, com o qual Portugal tinha um acordo de cooperação militar, no qual era definido os moldes em que seria feita a defesa da linha dos Pirenéus por parte dos dois países. A nível militar, a entrada na NATO também causou impacto, uma vez que obrigou a uma modernização das Forças Armadas Portuguesas de modo a atingir os requisitos em termos de material, de recursos humanos e doutrinários que a aliança exigia.

Salazar reconhecia que o sistema internacional havia evoluído após a II Guerra Mundial, de modo a que duas grandes potências mundiais se destacassem, os Estados Unidos da América (EUA) e a URSS. Uma vez que Salazar considerava a URSS como sendo o inimigo comum da Europa, era necessário que Portugal se tornasse aliado dos EUA, pois só assim conseguiria salvaguardar o seu poder de voto em matérias de política externa. Ainda que tendo sempre a noção de que qualquer que fosse a aliança, nunca deveria pôr em causa a política de soberania portuguesa (Marcos, 2010).

¹ No decorrer do trabalho utilizaremos o acrónimo NATO, *North Atlantic Treaty Organization*

O convite feito a Portugal para ser membro fundador da NATO não veio despido de intencionalidade, antes pelo contrário, o Governo português compreendia que a convocação se prendia com a utilização da Base militar das Lajes por parte de forças norte-americanas. Deste modo, no momento da entrada de Portugal na NATO, o Governo português deixou claro que a adesão de Portugal à aliança não implicaria a utilização da Base das Lajes durante o tempo de paz, a não ser que negociações entre os Estados interessados e Portugal fossem estabelecidas.

Quando se deu a entrada de Portugal na organização transatlântica, o mundo vivia tempos conturbados, pois pairava no ar a tensão entre o Bloco Ocidental, liderado pelos EUA e o Bloco de Leste, liderado pela URSS. Assim sendo, tendo Portugal aderido à aliança militar que representava o Mundo Ocidental, foi indispensável uma profunda modificação no seio das Forças Armadas Portuguesas (FFAA). Como foi dito inicialmente, ser parte integrante de uma organização militar, implica uma padronização da doutrina militar para todos os Estados Membros. Em Portugal, e mais concretamente no Exército Português, isto traduziu-se no abandono da “doutrina francesa”, para se adotar a então moderna “doutrina americana”. O modelo francês no qual Portugal se apoiava, advinha do modelo herdado da Revolução Francesa, e que foi primeiramente introduzido em Portugal com a reforma de 1911, que vinha no seguimento da implantação da República a 5 de outubro de 1910. Com a reforma de 1911 é criado um Exército com oito Divisões, cada uma com quatro Regimentos, a três Batalhões, com dimensão menor do que estava definido anteriormente, pela Monarquia.

Também a mobilização e o recrutamento de tropas se começaram a proceder de maneira diferente. Com o começo da 1ª Guerra Mundial e a hipótese de Portugal entrar no conflito, a mobilização começou a sofrer alterações, com uma maior utilização de oficiais milicianos e a convocação de todo o pessoal que estivesse de licença (Sousa, 2016). Ao mesmo tempo a formação dos militares sofreu, de igual modo, alterações, com as escolas de repetição² a funcionarem entre 1912 e 1913, mas que acabariam por cessar atividade durante a 1ª Guerra Mundial, quando eram consideradas mais necessárias (Teixeira, 2004). Foi assim que Portugal preparou a sua desastrosa participação na 1ª Guerra Mundial.

Contudo, a 28 de maio de 1926 ocorria outra reformulação no Exército Português, tendo também por base a “doutrina francesa”, acabando com as Divisões e criando as Regiões Militares, as Armas passariam a ter uma organização própria, tendo cada uma delas

² Escolas destinadas a recordar e atualizar os conhecimentos militares adquiridos nas escolas de recruta (Martins, 1935, p. 101)

um corpo de diretores que supervisionavam tudo o que era da responsabilidade da arma. A orgânica do Estado-Maior é melhorada face ao que vinha a ser feito até então (Teixeira, 2004). Este modelo acabaria por vigorar até à entrada de Portugal na NATO, sofrendo apenas pequenas alterações estruturais.

Todavia, a realidade dos conflitos a nível internacional estava em mudança. Os novos conflitos em nada tinham a ver com o que vinha explanado na doutrina militar convencional, tal como refletem as palavras de Abel Cabral Couto, presentes no livro de Manuel Cruz e Rui Ramos (2012), a tomada de poder na China, as guerras da Coreia e da Indochina, em conjunto com os conflitos na Malásia e na Argélia, traziam uma nova possibilidade de pequenos grupos mal equipados derrotarem forças militares convencionais, em teoria com uma capacidade muito superior. Tudo isto porque esses pequenos grupos, denominados de “movimentos de libertação”³, começaram a seguir grandes doutrinadores marxistas-leninistas, dando assim início às “guerras subversivas”⁴. Esta nova forma de conflitualidade obrigaria a uma revisão de toda a doutrina militar em vigor na NATO, que não se encontrava preparada para reagir à nova tipologia de conflitos.

Sendo assim, em meados dos anos 50, o Comando do Exército encontrava-se dividido em duas correntes de pensamento. Uma defendia as teorias convencionais, que acreditavam que a verdadeira preocupação do Exército deveria ser a preparação para uma colisão no centro da Europa. Por outrem, a perspetiva não-tradicional antevia as guerras em África, considerando-as como um cenário mais provável num futuro próximo.

De modo a não criar divisões no seio das Forças Armadas Portuguesas, e conjuntamente para cumprir com os padrões da NATO, as altas patentes militares viriam a tomar uma decisão mais prudente e ambivalente, em relação aos dois cenários mais prováveis. Por um lado, mantiveram-se os compromissos e níveis de preparação exigidos pela NATO. Por outro lado, começaram a ser dados os primeiros passos na preparação contra a guerra de subversão, com a criação do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), em 1960, em Lamego, onde seria formado o novo tipo de forças, os Caçadores Especiais. Formados por instrutores que se prepararam em centros de instrução de contra subversão em França, Argélia ou EUA, os Caçadores Especiais tinham a principal finalidade de realizar operações de contraguerrilha. Foi-lhes atribuída a boina castanha e foram a primeira unidade

³ São movimentos revestidos de intenções políticas, com “braço armado”, de base territorial, sem os atributos da Soberania.

⁴ “A subversão pode ser entendida como toda a ação deliberada levada a efeito por qualquer movimento ou organização, recorrendo a formas de atuação extra legais, com o objetivo de destruir ou de corroer o poder estabelecido, e, em regra, a ordem social estabelecida” (Couto, 1988, p. 211).

a utilizar, em campanha, o uniforme camuflado. Verificou-se também o desenvolvimento de novos conceitos operacionais, em preparação para as guerras subversivas, na Escola Prática de Infantaria (EPI), com a introdução da instrução de ação psicológica (Cruz & Ramos, 2012). No ano anterior, em 1959, foram também enviadas missões oficiais para a recolha de conhecimento e lições aprendidas, com especial destaque para a Argélia (Estado-Maior do Exército [EME], 1988), onde através do general Raul Freire foi elaborado o plano de emprego das tropas portuguesas em Angola, fruto da sua experiência junto das tropas francesas, na guerra da Argélia (Cunha, 1977). Decorria assim a preparação portuguesa para enfrentar os conflitos que se adivinhavam, fazendo crer que Salazar sempre teve consciência que a continuação da sua política iria culminar numa guerra. Tentou para isso preparar-se com antecedência, não conseguindo obter melhores resultados devido ao isolacionismo em que Portugal vivia mergulhado, havendo uma enorme falta de apoios internacionais (Telo, 1994).

Contudo, não era apenas através da NATO que Portugal participava na cena política internacional, embora cerca de seis anos após a sua entrada na NATO, e com algumas reticências dos Estados Membros, Portugal passou a integrar a ONU a 14 de dezembro de 1955, tendo sido rapidamente confrontado pelo Secretário-Geral da organização, relativamente à questão colonial. Dag Hammarskjöld questionou se Portugal administrava ou não algum território não autónomo, indo ao encontro do Artigo 73^{o5} da Carta das Nações Unidas.

Da parte do regime, obteve-se uma resposta negativa, havendo a afirmação de que esses territórios eram Portugal, pelo que, sendo Portugal um Estado independente, esses territórios também o seriam. Dois anos passaram e, em janeiro de 1957, a Comissão da ONU volta a inquirir Portugal acerca da problemática dos territórios não autónomos, tecendo acusações de que Portugal não cumpria o que vinha espelhado no referido artigo. Deste modo, atribuíram-se responsabilidades ao regime português pela existência de população em Angola, Guiné e Moçambique, que não teria acesso aos mesmos direitos de cidadania, quando comparados com a população metropolitana, fazendo pressão para que o regime prestasse declarações sobre esses territórios. A resposta do Governo não se alterou, continuando a afirmar que as Províncias Ultramarinas se administravam a elas próprias.

⁵ Artigo 73: “Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios”

Ainda assim, em 1960, as críticas por parte de ONU voltaram a acentuar-se, na medida em que a organização não aceitava qualquer tipo de política que ocultasse a situação colonial de um território, acabando mesmo por, no final do ano, deixar de reconhecer formalmente as Províncias Ultramarinas como parte integrante do território português. Isto resultou na imposição a Portugal da obrigatoriedade de conceder a todos esses territórios o direito à autodeterminação.

Note-se que, quando eclodiram os conflitos em África, o sentimento de revolta por parte do povo africano partiu sempre de segmentos das elites ligadas por laços étnicos e hostis à administração portuguesa e à continuidade da presença da população oriunda da metrópole. Todavia, há que explicitar que estas elites, apesar de apresentarem raízes africanas, passaram grande parte da sua juventude em países europeus, inclusivamente Portugal, de onde retiraram a vivência europeia, acompanhada de uma consciência política independentista, assim como de convicções ideológicas, quase sempre assentes nos ideais marxista-leninista ou maoísta, que atraíam grande parte da população jovem estudantil europeia da época. O objetivo destas elites era claro, a total independência dos territórios africanos, sobre o slogan “A África para os Africanos” (Cruz & Ramos, 2012). Mas, se à primeira vista, os conflitos poderiam parecer de natureza endógena, existiam por detrás outras guerras que os alimentavam.

Primeiramente, a incontornável Guerra Fria (GF) a condicionar a política internacional. A URSS e a República Popular da China, bem como algumas organizações não-governamentais ocidentais, apoiavam os “movimentos de libertação”, através do ensino de doutrina, de preparação técnica, de atribuição de fundos monetários e de fornecimento de equipamento. Por outro lado, os EUA não pretendiam que esses territórios africanos fossem entregues ao domínio comunista, temendo que ao permitir que África fosse dominada pelos comunistas, a derrota do Ocidente estaria mais próxima, tentando, para contrariar as intenções soviéticas, aproximações aos “movimentos de libertação” (Sá, 2011).

Quanto ao Governo português, a intransigência relativamente a estes movimentos, ia fazendo crescer o descontentamento e o mal-estar no bloco de países em que Portugal se inseria. Por outrem, a crescente tensão racial, também agiu como gatilho no ambiente que se vinha a sentir em África, onde imperava o regime do *Apartheid*. Na verdade, a população branca nunca acreditou que a República da África do Sul (RAS) ou a Rodésia permitissem a ascensão ao poder, em Angola ou Moçambique, de forças com ideologias apoiadas em ideais marxistas-leninistas.

Consequentemente, a tensão geopolítica regional também se agravava, no âmbito dos territórios com fortes rivalidades e com ambições de uma futura liderança regional, como é o caso da República da África do Sul; da República Popular do Congo, revestida de extrema importância devido à sua dimensão, à sua posição geográfica e aos seus recursos económicos (Velez, 2017); e de Angola que era parte integrante de Portugal e por isso merecia especial atenção por parte do Governo português.

Por último, mas não menos importante, encontravam-se as lutas internas pelo poder das regiões, algo que se refletia através dos constantes conflitos entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), que inicialmente tinha o nome de União das Populações de Angola (UPA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), aspeto que foi aproveitado pelas tropas portuguesas, que se suportavam num movimento para enfraquecer outro. Já em Moçambique e Guiné, estes conflitos não ganharam grande expressão, uma vez que a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) rapidamente ganharam a total hegemonia dos seus respetivos territórios. As tensões vividas dentro dos próprios movimentos, tanto por razões pessoais, étnicas ou ideológicas, iam conduzindo a divisões dentro dos movimentos, agindo simultaneamente como rastilho para o aumento da tensão.

Perante o escalar da conflitualidade, com os conflitos a fazerem-se sentir nas colónias, acompanhados da crescente indignação no seio do povo africano, o Governo português deu uma resposta. Essa resposta traduzia plenamente os objetivos do Governo de Salazar: a manutenção da integridade territorial, do Minho a Timor. O então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, admitiu que uma possível transformação dos territórios coloniais em “novos Brasis”, através do aumento da população branca e o melhoramento das infraestruturas e das condições de vida nas colónias, agradava às entidades governamentais, mas tal não poderia ser concretizado enquanto os “movimentos de libertação” continuassem a ser apoiados pelo bloco comunista (Cruz & Ramos, 2012).

Os conflitos em Angola iniciaram-se a 4 de fevereiro de 1961, com movimentos de libertação mal-organizados e mal-armados a realizarem tentativas de assalto a prisões e quartelamentos de Polícia, em Luanda. Os ataques viriam a ser atribuídos ao MPLA. A URSS manifestou-se de imediato em defesa dos “povos oprimidos africanos”, como já vinha sendo costume em casos idênticos em África, em que a URSS se colocava sempre do lado dos movimentos de libertação. A surpresa para o Governo português foi a tomada de posição por parte dos EUA, que pela primeira se colocava contra o regime português, ao exigir a

defesa dos povos africanos que se encontravam sob o domínio português. Esta atitude por parte do Governo norte-americano é justificada pela importância estratégica que o território angolano representava. Com o aumentar das tensões Leste-Occidente, os EUA materializavam a sua luta contra o bloco do Leste ao apoiar movimentos de libertação opostos aos movimentos de libertação apoiados pela URSS (Antunes, 1992).

Certo é, que a estratégia americana veio causar grandes dificuldades a Salazar, que agora ficava desprovido de apoio internacional por parte da maior hegemonia mundial, e embora inserido num contexto histórico diferente, Portugal seguia o mesmo caminho que França, Inglaterra e Bélgica, haviam seguido outrora, caindo no isolamento.

A 15 de março de 1961, eclodiam novos confrontos em Angola com consequências mais significativas, através de uma atuação extremamente violenta, conseguindo chamar a atenção do Governo na metrópole. Tratou-se de um massacre, não fazendo qualquer tipo de discriminação étnica, tendo vitimado brancos, negros e mestiços que trabalhavam nas fazendas. O ataque foi de tal forma brutal que chocou a população da metrópole, tendo sido rapidamente mobilizados recursos para enfrentar estes novos conflitos. O objetivo das tropas portuguesas seria não só o de circunscrever as milícias numa área mais a norte do território angolano, mas também de devolver a normal tranquilidade do quotidiano às populações afetadas, tendo ambos sido rapidamente alcançados. A responsabilidade do ataque foi atribuída à UPA (Antunes, 1996).

Deste modo, a Guerra Colonial, propriamente dita, tinha início em março de 1961, em Angola, tendo começado na Guiné, sensivelmente um ano depois, e em setembro de 1964 chegava a Moçambique. Os confrontos tomavam contornos e características distintas em função da natureza dos territórios onde se desenrolava.

No território angolano, as ações eram tomadas por dois movimentos, a FNLA e o MPLA. O primeiro era apoiado por Estados vizinhos a norte, assim como por organizações não-governamentais de origem americana, atuando maioritariamente num meio tribal e de selva. O segundo, por sua vez, tinha uma atuação mais urbana, com especial foco em Luanda e arredores, sendo maioritariamente apoiado pela URSS. O conjunto de ações tomadas pelos dois movimentos ameaçou diretamente o quotidiano da vida em Luanda. A população branca mobilizou-se em massa, começando a organizar-se em grupos, a fazer uso das armas que tinha e a vigiar as fazendas e as ruas, numa espécie de ação contra os movimentos de libertação.

Mais tarde, viria ainda a surgir um terceiro movimento de cariz mais rural: a UNITA. O movimento foi formalmente criado em 1966 e tinha como seu principal líder e dirigente

Jonas Savimbi. Afirmou-se como opositora do MPLA na luta pelo controlo do Leste do território angolano, permitindo, em determinado momento e sob certas circunstâncias, a união com as tropas portuguesas no combate ao MPLA, desempenhando um papel de extrema importância na contenção dos movimentos de libertação angolanos. Contudo, devido à escassez de recursos, pessoas e materiais que apresentava, esta acabou por não revelar o sucesso esperado (Afonso & Gomes, 2005).

Os ataques a fazendas continuariam durante o mês de abril, não dando descanso ao reduzido efetivo militar que Portugal dispunha em território angolano. Importa referir que para fazer face à ameaça, Portugal dispunha em Angola de cerca de mil soldados africanos e mil e quinhentos europeus, mas apenas uma pequena parte se encontrava disponível para socorrer as povoações, o que acabaria por tornar muito penosa a sua missão (EME, 1988). Porém, a 5 de abril o panorama mudava. Um ataque dirigido a militares, que vitimou nove deles, entre eles, um capitão e um tenente, fez despertar a atenção do regime na metrópole. Em resposta, a 13 de abril de 1961, o Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, ordenou o envio dos primeiros contingentes para Angola, tendo o primeiro saído a 19 de abril, por via aérea, e o segundo a 21 de abril, por via marítima.

A responsabilidade da pasta do Ultramar é entregue a Adriano Moreira, que desde logo parte para Luanda, onde a 1 de maio de 1961 se encontrava para se inteirar da situação na respetiva colónia. Com a chegada das tropas, começaram os trabalhos de reocupação militar de toda a área afetada. Cerca de quatro meses bastaram para que as tropas portuguesas fossem capazes de controlar toda a região afetada.

Desde o início dos confrontos em Angola que se vinha a verificar a descoordenação e rivalidade entre os movimentos. Ainda que, em 1963, a FNLA tivesse visto o seu potencial aumentar ao conseguir infiltrar armamento, em território angolano, através da fronteira norte e introduzir melhorias na organização do pessoal. Entre 1963 e 1965, graças aos esforços das tropas portuguesas, os focos de guerrilha foram sendo reduzidos, tendo-se verificado apenas, no início de 1966, o aumento da capacidade de subversão da UNITA que, apesar da sua reduzida dimensão em termos numéricos, apresentava uma razoável eficácia, subsistindo através da exploração dos recursos locais.

No caso de Moçambique, as iniciativas de subversão iniciaram-se na segunda metade de 1964, com o assassinato de um padre, cuja responsabilidade foi atribuída à União Nacional Africana de Moçambique (MANU). Mais tarde a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) efetuou um ataque a um Posto Administrativo, sendo que os conflitos armados começaram junto à fronteira norte, numa zona sem qualquer interesse

económico e que acabariam por ser liderados unicamente por este último movimento. A FRELIMO era composta, nas suas altas esferas, por elementos com raízes indianas e oriundos do sul de Moçambique, enquanto os seus guerrilheiros eram sobretudo de origem tribal. Neste contexto, os movimentos de libertação conseguiram-se expandir com relativa facilidade até 1966, devido à fraca presença militar no território moçambicano (Afonso & Gomes, 2005).

A conflitualidade na Guiné, por sua vez, começou a ser fomentada a partir de 1958, fora do território guineense, onde se começavam a aglomerar movimentos de libertação com intenções no território da Guiné. Onde, fruto de várias reestruturações dentro dos movimentos, a partir de 1962 apenas se destacavam dois movimentos, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e a Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING), tendo a luta armada ficado por exclusivo a cargo do PAIGC.

Em meados de 1962, na região sul da Guiné, o PAIGC levou a cabo a primeira ação com recurso a armas, ao mesmo tempo que aumentava o esforço de recrutamento, de maneira clandestina, junto da população. Um ano mais tarde, em 1963, sucederam-se as primeiras ações contra as tropas portuguesas, com o ataque ao aquartelamento de Tite, nas redondezas de Bissau. O ataque foi levado a cabo por quinze a vinte elementos pertencentes ao PAIGC, que tomaram de assalto o quartel de madrugada, provocando um morto e três feridos nas tropas portuguesas (Matos, 2015). Ainda durante essa madrugada, as tropas portuguesas foram alvo de uma emboscada na região de Fulacunda, da qual resultaram mais duas vítimas portuguesas. Quatro dias após o primeiro ataque, um novo ataque na mesma região, da responsabilidade do PAIGC, mata mais dois soldados portugueses ferindo quatro.

Durante os anos de luta, o PAIGC sempre beneficiou do apoio de países do Leste da Europa e Africanos, conseguindo dispor sempre de mais e melhor armamento, assim como de pessoal melhor instruído. Não menosprezando o potencial dos movimentos de libertação guineenses, existiam aspetos intrínsecos ao território da Guiné que facilitavam a insurreição. Por um lado, a grande densidade populacional, acompanhada de uma fraca estrutura administrativa, assim como uma grande variedade de grupos étnicos independentes entre si. Por outro lado, as fracas vias de comunicação, a alta densidade de arborização e a grande rede de rios e canais que, em conjunto com uma grande amplitude de marés, tornavam as deslocações difíceis. A pequena dimensão territorial, fazendo contraste com a extensa fronteira terrestre, agia como fator facilitador de fuga para os países vizinhos que apoiavam os movimentos de libertação. Ao mesmo tempo que, devido ao clima e a grande parte do seu

território ficar alagado, o país tinha vastas áreas que se transformavam em regiões pantanosas, o que tornou a ação militar altamente complicada e desgastante para as tropas portuguesas (Cruz & Ramos, 2012).

Internamente, o Governo de Salazar também estaria a ser alvo de revoltas. Em abril de 1961, pouco tempo depois de se ter verificado os primeiros confrontos em Angola, um grupo de militares encabeçados pelo Ministro da Defesa, General Botelho Moniz, realiza uma tentativa de golpe de Estado, contra Salazar. Todo o planeamento do golpe era do conhecimento e, mais ainda, apoiado pela administração norte-americana. O golpe de Estado falhado ficaria conhecido como a Abrilada de 1961. O falhanço do golpe de Estado viria, porém, a reforçar o objetivo estratégico do Estado Novo, para a questão colonial, a defesa a todo o custo do “status quo colonial” (Teixeira, 2004).

Com o início da Guerra Colonial, inicia-se também toda uma nova fase na política de defesa, com o grande foco a ser agora a manutenção dos territórios coloniais. Até então, o espectro da ameaça continental, que era visto como o cenário mais provável de se verificar, altera-se para uma outra localização e uma outra tipologia de conflitualidade. Geograficamente, os conflitos tomam lugar em África, sob uma forma não convencional, que é a guerra de subversão. A prioridade do Governo passa, então, a ser a questão africana e a luta antiguerrilha, baseada na experiência que Portugal retirou do modelo francês, usado nos conflitos na Argélia. A resposta de Salazar à onda de violência levada a cabo pelos movimentos de libertação de Angola foi direta, “Para Angola, rapidamente e em força”, proferiu Oliveira Salazar no discurso a condenar os massacres e conjuntamente a prometer retaliação por parte das tropas portuguesas. Contudo, não se podia enviar tropas para África, sem antes romper com o que estava a ser exercido em termos de política de defesa até então.

Sendo assim, a política de defesa de Salazar, acabaria por se alterar com a entrada de Portugal na NATO, fazendo com que entre 1949 e 1957 começasse a existir alterações nas prioridades da defesa e na forma que o Governo tinha de “pensar” Portugal no mundo (Telo, 1995). Antes da entrada de Portugal para a organização militar, a política de defesa portuguesa era maioritariamente vocacionada para o acordo celebrado com Espanha em 1939, para uma defesa conjunta da linha dos Pirenéus, contra um eventual ataque soviético. Com a entrada na NATO, Portugal inicia um período de relações favoráveis com o principal interveniente da organização, os EUA, com o qual celebram múltiplos acordos comerciais que visavam a modernização das FFAA (Teixeira, 2004). Esse período positivo acabaria por durar até ao início dos conflitos em África. Uma possível guerra de carácter fundamental colonial implicava não só uma quebra do investimento na NATO, como iria pôr numa

situação delicada as relações bilaterais Portugal-EUA. O início da guerra coincidiu com a subida ao poder do Presidente americano Kennedy, que apresentava políticas fortes contra os regimes colonialistas. Assim sendo, a intransigência sobre a política de defesa das colónias e a corrente de pensamento mais intervencionista de Kennedy iria ditar o afastamento dos dois países. Começava-se, então, a desenhar a política de defesa que iria vigorar durante a Guerra Colonial, enquanto Salazar foi Chefe do Conselho, começando com o afastamento de Portugal dos acordos celebrados e da aliança militar e centrando-se no ponto fulcral da política de defesa Salazarista, “aumentar, na medida do possível, o esforço de defesa do Ultramar” (Afonso & Gomes, 2005, p. 33). Esta seria a terceira alteração fundamental da política de defesa de Salazar, desde o final da 2ª Guerra Mundial. Começando em 1945 com o conceito de defesa dos Pirenéus, alterando para o conceito de defesa aeronaval, com a entrada na NATO, alterando-se em 1959 para a total defesa dos territórios coloniais (Telo, 1995).

Desta forma, para concretizar a promessa de retaliação militar, o Governo de Salazar teve de proceder a fundamentais alterações no seio da instituição militar, no armamento e na doutrina militar em vigor. Contudo, existiam condicionantes que um esforço militar de tal envergadura acarretava. Salazar reconhecia que os meios financeiros, bem como os recursos humanos que o regime tinha à sua disposição eram limitados, pelo que deviam ser usados com critério. Um possível investimento numa Guerra Colonial, implicaria não só um desinvestimento na NATO, mas também no acordo de cooperação militar celebrado com Espanha. Ao mesmo tempo, havia que ser criterioso quanto ao investimento no mecanismo militar colonial, tendo em consideração as limitações financeiras e políticas do país, e atribuir as dotações financeiras de forma balanceada entre ministérios. Por último, existia o receio de Salazar quanto a um maior investimento nas Forças Armadas, pois um exército melhor preparado também poderia, de alguma forma, ser usado contra si. Este receio tinha como fonte a desconfiança que Salazar nutria relativamente a alguns chefes militares sobre os quais não considerava ter o conhecimento necessário (Martins, 2014a).

De modo a garantir a manutenção da capacidade de resposta por parte das FFAA, o número de efetivos tinha conseqüentemente de aumentar, o que fez com que o recrutamento também crescesse exponencialmente. Para fazer face à constante necessidade de recursos humanos, o Governo de Salazar precisou de criar novas medidas. Primeiramente, procedeu à extensão do serviço militar obrigatório, passando a ser composto por seis meses de instrução, seguidos de dois anos de mobilização, que muito frequentemente se alongavam. Seguidamente, o nível de critério no recrutamento baixou, acabando com qualquer forma de

isenção, pelo que muito dificilmente alguém era dado como inapto para as Forças Armadas. Por último, a partir de meados da década de 60, houve uma africanização da guerra, de modo a se conseguir o maior número de efetivos possível, que consistia na inserção da população autóctone nas tropas do regime, para lutar contra os movimentos de libertação.

Os cofres portugueses também sofreram com o esforço que o regime dedicava à Guerra Colonial, pois durante o período da guerra, as despesas militares atingiram os valores mais elevados do século XX. No início da guerra, a despesa militar rondava os 36% da despesa pública, sendo que entre 1965 e 1967 esse valor disparou para os 40%, tendo atingido o seu auge em 1968, com 42,4% da despesa pública a ser dedicada àquilo que Salazar denominava de “encargos gerais da nação, com a defesa nacional” (Teixeira, 2004).

Em última instância, podemos então afirmar que o Governo de Salazar encarou a guerra como um meio para resolver a questão colonial, nunca tendo visto nela uma guerra sem sentido e sem fim à vista, sendo redutor acusar o regime de não ter estratégia alguma. Para o regime, esta foi sempre um instrumento para a consecução de objetivos políticos, uma vez que Salazar tentou utilizar a guerra de modo a ganhar tempo para reconstruir a Nação que afirmava ter existido antes do conflito militar (Martins, 2014b).

2.2. A Evolução de Marcello Caetano

Antes de se poder fazer uma análise daquela que foi a forma como Marcello Caetano, durante o período compreendido entre 1968 e 1974, liderou o Governo português, há que recuar no tempo, com o objetivo de entender qual foi a sua origem, o seu percurso enquanto cidadão, e que convicções foi desenvolvendo ao longo do tempo.

Marcello Caetano nasceu a 17 de agosto de 1906, em Lisboa, onde desde cedo procurou inteirar-se do cenário em que Portugal se inseria. Crescido num período entre Guerras, com o contexto português e internacional a favorecer a formação de ditaduras, Marcello Caetano adere ao Integralismo Lusitano⁶ (Cervelló, 2018). Foi neste contexto que passou a editar a revista *Ordem Nova*⁷, que definiu como sendo uma “revista anti moderna, antiliberal, antidemocrática, anti burguesa e anti bolchevique. Contra revolucionária, reacionária, católica, apostólica e romana; monárquica, intolerante e intransigente”.

⁶ Integralismo Lusitano “(...) invoca, uma oposição conservadora e tradicionalista ao liberalismo, uma oposição nacionalista à democracia parlamentar e uma oposição aristocrática ao capitalismo.” (Cruz, 1982, p. 151)

⁷ Revista publicada por estudantes integralistas entre março de 1926 e março de 1927

Com a chegada de Salazar ao poder, parte dos integralistas, no qual se inseria Caetano, decidem converter-se ao Estado Novo, sendo a maior parte deles convocados para cargos no Governo.

Com apenas 23 anos, viria a ser chamado para desempenhar o cargo de auditor jurídico do Ministério das Finanças. Aos 26 anos terminava o doutoramento, e um ano mais tarde, com a institucionalização do regime, trabalhou na redação do novo documento constitucional. Ainda com 27 anos, começou a lecionar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Cervelló, 2018).

Entre os anos de 1940 e 1944, desempenhou o papel de comissário nacional da Mocidade Portuguesa, tendo sido nomeado, em setembro de 1944, Ministro das Colónias, cargo que viria a representar até fevereiro de 1947. Foi no papel de Ministro das Colónias, que Marcello Caetano começou a demonstrar, de uma maneira mais vincada, quais seriam os seus ideais para a administração dos territórios coloniais. A sua linha de pensamento desde cedo se demonstrou como sendo conflitual no que dizia respeito à colonização e aos direitos e deveres, que Caetano defendia, que Portugal devia ter perante os territórios que administrava (Cervelló, 2018). Com alguma audácia e uma certa originalidade, defendeu a autonomia progressiva e participada dos territórios coloniais, uma posição polémica, perante a ala de salazaristas mais conservadores. Acabaria por ser afastado do cargo, em fevereiro de 1947, após uma remodelação ministerial levada a cabo por Salazar.

Anos mais tarde, em 1955, voltaria ao Governo de Salazar, desta vez para desempenhar o papel de Ministro da Presidência, onde se esforça para desempenhar um papel mais consensual perante o regime de Salazar.

Em 1959 volta a estar ligado ao ensino universitário, com a nomeação para ser Reitor da Universidade de Lisboa, onde pautou o seu trabalho com o objetivo de que o ensino universitário adquirisse maior eficiência, melhores infraestruturas e disciplinas mais modernas e adequadas, mas viria a renunciar ao cargo, após a crise estudantil de 1962 (Cervelló, 2018).

Com o fim do regime, Caetano viu-se obrigado a exilar-se no Brasil, onde viveu até ao fim da sua vida. Morreu, no Rio de Janeiro em 1980, tinha 74 anos.

2.3. O Problema da Sucessão

Com a infame queda de Salazar no Forte de Santo António do Estoril, que o impossibilitou de exercer as suas funções, o Presidente da República ficou com um problema em mãos: ou recorria a um Presidente do Conselho interino, esperando a recuperação de

Salazar, ou teria de o exonerar e nomear um novo Presidente do Conselho. Este ato era única e exclusivamente da responsabilidade do Presidente da República, Américo Tomás, que após consultar especialistas na área da medicina, para tentar avaliar as hipóteses de recuperação de Salazar, decidiu avançar com a exoneração do antigo líder do Governo e a escolha do seu sucessor.

Com a possibilidade de alteração de líderes, começou a haver no seio dos apoiantes do regime uma certa apreensão de que o desaparecimento político de Salazar fosse visto como um incitador à revolta da ordem pública, com diversas manifestações a exigir a liberdade. Outros chegavam a ir mais longe, afirmando que para se conter a onda de contestação, que estaria prestes a rebentar, só com retorno a uma ditadura militar de “pulso forte”. Por último, havia quem acusasse Salazar de não ter criado, à semelhança de Franco, um mecanismo automático de restauração monárquica que assegurasse a sua sucessão, embora esta solução não fosse bem aceite por aqueles que eram convictamente republicanos (Amaral, 1996).

No momento em que o Presidente da República iniciou as primeiras consultas, quatro nomes ganhavam especial destaque na lista de potenciais sucessores: Marcello Caetano, Antunes Varela, Franco Nogueira e Adriano Moreira. Havia mais três nomes associados a essa lista, Soares da Fonseca, Kaúlza de Arriaga e Correia de Oliveira, contudo eram considerados como sendo opções menos prováveis (Amaral, 1996).

É também referido no livro de José Freire Antunes (1992) que Salazar, em conversa com Franco Nogueira, lhe confessara que existiram cinco possíveis sucessores, dos quais, Marcello Caetano, Pedro Theotónio Pereira e o próprio, Franco Nogueira. Começamos assim a denotar o aparecimento do nome de Marcello Caetano, muitas vezes associado à sucessão.

Tudo isto se prende com várias justificações, de todos os nomes apresentados, Caetano era sem dúvida o que apresentava um currículo mais vasto. Ao longo da sua vida, já havia desempenhado vários papéis no regime, como Ministro das Colónias, Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, Ministro da Presidência e Presidente da Câmara Executiva, ao mesmo tempo era também doutrinador do *Estado Novo* e do *Corporativismo*⁸. Para finalizar, dispunha de um vasto conhecimento em economia, deixando-o numa posição privilegiada em relação aos outros potenciais sucessores de Salazar.

⁸ Corporativismo pode ser definido como a ideologia que assenta na divisão da sociedade por grupos corporativos. Com base nesta ideologia o regime português acabaria por desenvolver políticas estatais que disciplinavam o comportamento económico da sociedade

Contudo, nem tudo eram vantagens, Caetano também tinha criado ao longo dos tempos, devido a posições que tomou ou ideais com os quais se associou, inúmeras inimizades no centro do regime. À ala monárquica, não lhes agradava a conversão de Caetano à República, traduzida no “discurso de Coimbra”; a corrente de apoio mais conservadora de Salazar não concordava com os ares críticos e independentes que Caetano sempre tomou em relação ao seu antecessor, ao mesmo tempo que temiam que Caetano tentasse uma abertura democrática, dando espaço a uma certa liberalização. Os integracionistas em matéria ultramarina divergiam de Caetano, quando este propôs, em 1962, uma solução “federalista” para as colónias. Por fim, nas Forças Armadas as opiniões dividiam-se (Amaral, 1996).

Antes de anunciar a sua decisão, Américo Tomás decidiu ouvir cada um dos conselheiros individualmente, de modo a tentar perceber quais é que seriam as suas intenções mais íntimas, sem estarem condicionados pela presença dos outros. As opiniões dividiam-se, contudo, a imprensa dava cada vez mais como certo que Marcello Caetano iria suceder Salazar.

Faltava ainda ser escutada a opinião das Forças Armadas. O Presidente da República fez questão de contactar pessoalmente com os chefes militares para se inteirar da opinião por eles partilhada. A conclusão a que chegou foi a de que, independentemente de qual fosse o sucessor escolhido, as Forças Armadas haviam de o respeitar, desde que a defesa do Ultramar nunca fosse posta em causa (Caetano, 1974). Também através da sua casa militar, chegou-lhe a informação do que pensavam os comandantes das unidades militares, e aqui as opiniões dividiam-se entre os que exigiam a defesa do Ultramar acima de tudo, e os que, ainda que em menor escala, pediam uma solução política para a guerra, que no entender deles nunca terminaria com uma solução militar (Amaral, 1996). Estavam assim ouvidas todas as partes que o Presidente da República considerou necessárias para fazer a escolha mais ponderada, havendo ainda espaço para conversas mais informais com amigos chegados do Presidente.

A crise de sucessão acabaria por durar 23 dias, com o Presidente a reduzir a lista de possíveis sucessores a dois, Marcello Caetano e Adriano Moreira. Caetano parecia-lhe mais indicado devido a conhecê-lo melhor, ser um indivíduo mais ponderado, com mais experiência e menos tentado para aventuras. Por sua vez, Adriano tinha um espírito jovem, audaz e uma habilidade acima da média, tendo as condições necessárias para conduzir o regime. No final a escolha cairia para o lado de Caetano.

Sendo assim, no dia 26 de setembro de 1968, Américo Tomás dirige-se ao país, através dos meios de comunicação, afirmando que teria de se “atender aos superiores

interesses do país” e que lhe cabia a “decisão dolorosa” de exonerar Salazar, caracterizando-o como um “português inconfundível”, como podemos verificar no Anexo A, e nomear para seu substituto Marcello Caetano. Ao analisarmos o discurso proferido pelo então Presidente da República conseguimos denotar o seu apreço por Salazar, e a dificuldade e tristeza que ele sentiu na hora da exoneração do antigo Chefe do Governo. Américo Tomás iria continuar fiel a Salazar, mesmo após este já não exercer qualquer tipo de cargo, até ao momento da sua morte, a 28 de julho de 1970.

A 27 de setembro de 1968, no discurso de tomada de posse, Marcello Caetano deixou largos elogios ao seu antecessor e às Forças Armadas, preconizando a defesa do Ultramar, garantindo a “continuidade” do que Salazar tinha feito até então. Esta parte do discurso agradou à ala mais conservadora do regime, e a todos os salazaristas no geral. Ao mesmo tempo, Caetano revelou a necessidade de “evolução”, abordando as “liberdades que se desejava ver restauradas”, enquanto apelava à não divisão dos portugueses, dizendo que não desejava “ver os portugueses divididos entre si como inimigos”. Finalizou dizendo que todo o respeito e consideração que demonstrava pela obra de Salazar, “não impedirá o Governo de proceder às reformas necessárias”, agradando assim à ala mais liberal. Deste discurso, “onde o pragmatismo não reinou”, podemos retirar duas conclusões “a incerteza e a ambiguidade, fazendo prever um reinado extremamente difícil e sem a capacidade agregadora do seu antecessor” (Velez, 2017, p. 62).

2.4. O “Reinado” de Marcello Caetano

A entrada de Marcello Caetano para o Governo ganhou inicialmente a consideração da maioria dos portugueses, começando a ser apelidada de uma época de “abertura” ou de “descompressão”, aparecendo pela primeira vez o termo “Primavera Política” ou “Primavera Marcelista” (Amaral, 1996). Sendo designado por marcelismo o período no qual Marcello Caetano esteve à frente do regime. Não só internamente se esperava uma “abertura” por parte do Governo de Caetano, mas também a nível internacional, vários foram os órgãos de comunicação social que encararam a ascensão de Caetano ao poder, como uma oportunidade para uma “abertura” do regime, como se pode verificar em documentos presentes no Arquivo do Ministério da Defesa⁹, que contém excertos de noticiários que fazem destaque do novo Governo de Caetano.

⁹ Verificar Anexo B

O novo rumo político, que o país iniciava em 1968, sintetizava a ideologia de Marcello Caetano de “evolução na continuidade”, em que a continuidade fazia ligação aos princípios trazidos por Salazar, e a evolução dizia respeito aos métodos, à forma de aplicação e aos ritmos de execução. Logo aqui, conseguimos constatar uma fórmula menos aberta do que seria expectável com a entrada de Caetano no Governo, pois aproximava-se mais da doutrina salazarista, dando menos espaço a reformulações.

Como vem espelhado na obra de Manuel Cruz e Rui Ramos (2012), Marcello Caetano tinha uma linha de pensamento assente em dois grandes objetivos: as reformas económicas, sociais e educativas, áreas em que até podemos considerar que tenha conseguido relativo sucesso, e a sua grande utopia, que foi a tentativa de descolonizar de forma diferente da dos outros países, que ao se apressarem no processo de descolonização, entregaram esses territórios à miséria e à guerra.

Mesmo que o aumento da liberdade e o ensaio de novas políticas espelhassem a vontade de Caetano, este estaria, logo à partida, totalmente condicionado. A verdade é que quaisquer que fossem as medidas adotadas pelo Chefe do Governo, estas estariam sob forte vigilância quer da parte de Américo Tomás, quer da parte da ala mais conservadora do regime (Bernardo, 1994). Este forte controlo manifestou-se aquando do pedido de Marcello Caetano, ao Presidente da República, para que as eleições de 1969 “fossem o mais corretas possível para que, se as ganhasse, ganhasse bem”, e que seria uma ótima oportunidade de “deixar a Nação exprimir o seu ponto de vista quanto ao Ultramar” (Caetano, 1974, p. 14). A resposta que obteve de Américo Tomás não poderia ter sido mais intransigente, ao afirmar que se Caetano perdesse as eleições para a oposição, as Forças Armadas iriam intervir.

Presente estava também, na mente de Caetano, a vontade do povo português de um país com maior abertura política, ou até mesmo com um regime democrático. Sendo o Ultramar uma questão central, por resolver. Marcello Caetano defendia que não poderia entregar os territórios ultramarinos para as mãos de movimentos de libertação ou “terroristas” controlados por Estados Comunistas com ambições em África. Mas ao mesmo tempo, sabia que teria de encaminhar esses territórios para uma autonomia progressiva, que conduzisse à auto governação, e, em último caso à independência, embora esta última parte nunca tivesse sido confirmado pelo próprio (Amaral, 1996).

Foi durante este período que surgiu o primeiro verdadeiro teste ao Governo de Marcello Caetano, as eleições legislativas de 1969. A estratégia de Marcello Caetano assentava em cinco pontos: ampla renovação dos deputados apoiantes do Governo; inclusão nas listas de jovens renovadores, que viriam a ser apelidados de “ala liberal”; remodelação

do recenseamento, de modo a torná-lo mais completo e representativo; novas regras sobre a campanha eleitoral, de modo a permitir que a oposição fizesse campanha; e estrita proibição dos aparelhos do Estado cometerem fraude eleitoral. De todos estes pontos, só o alargamento do recenseamento é que não foi conseguido (Amaral, 1996).

Apesar de todas as limitações, as eleições aconteceram, e, pela primeira vez na história do Estado Novo, houve eleições legislativas em que a oposição não desistiu por falta de condições. A ala que mais campanha de oposição tentou fazer ao Governo de Caetano, era composta fundamentalmente por organizações de fundo comunista e socialista, que atuando na clandestinidade, levaram a cabo ações de campanha no seio dos estudantes universitários, que viriam a ser os futuros oficiais dos quadros de complemento das FFAA (Cunha, 1977), ao mesmo tempo, fora de Portugal existiam estações de rádio a atuar na clandestinidade e a fazer campanha contra o regime português¹⁰. Contudo, com apenas 1,8 milhões de portugueses recenseados, dos 5 milhões disponíveis, em maior parte apoiantes do regime, a oposição não conseguiu eleger ninguém para São Bento e as eleições poderiam não significar a verdadeira vontade do povo português. Ficaria a dúvida se Marcello soube interpretar o resultado que obteve nas eleições, na perspetiva de Amaral (1996), Caetano iludiu-se com o resultado das eleições.

Sustentado pelo resultado que obteve nas eleições, Marcello Caetano dirigia-se ao país, em dezembro de 1969, através do seu programa televisivo “Conversas em Família” para dizer que o país “manifestou muito claramente a sua vontade”, em especial quanto à defesa do Ultramar, sendo que o Governo teria “um mandato indeclinável a cumprir”. Com estas eleições perdia-se a abertura e reformas que tanto anunciara um ano antes (Amaral, 1996).

A política de defesa de Caetano era exposta por este, com clareza e determinação. Acima de tudo estaria a preocupação em preservar e consolidar uma sociedade multirracial em todos os territórios que faziam parte de Portugal, que na aceção de Caetano, era definido como sendo um país multicontinental. Conjuntamente tinha o objetivo de assegurar que todas as escolhas presentes ou futuras do país, ou de qualquer um dos seus territórios, fossem feitas pelos habitantes e não impostas nem determinadas pelo exterior. Afirmando assim a sua intransigência em compactuar com movimentos de libertação (Xavier, 2010).

Foi com esta motivação que, no discurso de tomada de posse do novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, em janeiro de 1970, Marcello Caetano afirmou que “a

¹⁰ Verificar Anexo C

grande tarefa da diplomacia portuguesa nesta hora consiste em zelar, explicar e defender a nossa política ultramarina” (Xavier, 2010).

O novo modelo a que Caetano deu o nome de “autonomia progressiva” espelhava as suas intenções políticas, administrativas e económicas, e serviu de base para a revisão constitucional de 1971 (Velez, 2017). O objetivo da revisão Constitucional de 1971, prendia-se com o facto de existir a necessidade de se definir a orientação do Governo português para uma autonomia progressiva das colónias. Com esta alteração, as colónias passariam a ter o direito de eleger órgãos de Governo autónomo, necessários para impor o cumprimento das leis e para administrar, passavam também a dispor de autonomia financeira e orçamental; era-lhes concedido o direito de posse do seu património e da realização de atos jurídicos e contratuais; por último, passavam a ter direito de escolha entre sistemas económicos adequados às necessidades de desenvolvimento local e ao bem-estar das populações (Villas-Boas, 2003).

Porém, apesar de todas estas medidas associadas à autonomia progressiva, nenhuma delas fazia referência a uma solução de tipo federal, tendo a Constituição deixado bem claro o princípio de unidade e indivisibilidade nacional, competindo ao Governo central a representação interna e externa das colónias, bem como a sua defesa, a promulgação de leis sobre assuntos de interesse geral e a superintendência na administração e gestão financeira das colónias, ao mesmo tempo que tinha o dever de proteger as populações contra ameaças ou atentados que colocassem em causa os seus direitos individuais ou coletivos (Villas-Boas, 2003). Um ano após a revisão constitucional, deu-se a revisão da Lei Orgânica do Ultramar, que regulava as relações entre a Administração Central e a Administração Local. E tal como aconteceu com a revisão constitucional, na revisão da Lei Orgânica do Ultramar, as alterações foram fundamentalmente na nomenclatura em que “o imobilismo voltou a sair vencedor” (Velez, 2017, p. 68).

A estratégia do regime, em relação às colónias, passava por defender os interesses das populações brancas, ao mesmo tempo que ia iludindo os nativos e a cena internacional com a ideia de autonomia. Caetano acreditava que Angola e Moçambique, eventualmente, se tornariam independentes, sendo para isso necessário criar condições para que essa transição fosse feita nos moldes que não prejudicasse a comunidade branca que aí estivesse radicada.

O ano de 1973 revelou-se como um ano penoso para a administração de Caetano, pois “a situação política estava degradada, a guerra começava a ficar perdida na Guiné (...)” (Amaral, 1996, p. 125), sem esquecer a enorme pressão internacional que condicionava

qualquer ação por parte do regime. Para além disso, o mandato que o Governo de Caetano iniciou em 1969 estava a chegar ao fim, tendo por isso de ser convocadas novas eleições, em que a política de defesa iria ser colocada em questão. A campanha que precedeu as eleições acabaria por gerar um sentimento de mal-estar geral, com a sensação de que o Governo não teria uma ideia bem definida quanto à sua política de defesa e quanto às colónias portuguesas (Cunha, 1977).

Ainda em 1973 Caetano levou a cabo uma reformulação ministerial, na qual se destaca a nomeação de Silva Cunha para o cargo de Ministro da Defesa Nacional. A novidade residia no facto de que pela primeira vez o cargo seria ocupado por um civil, no qual o Chefe do Governo via as vantagens de um civil poder exercer o cargo com maior isenção, havendo uma maior distinção entre as funções políticas e administrativas do ministro e as funções militares do Chefe do Estado-Maior-General. Esta opção tinha também o apoio do general Costa Gomes e do general Spínola (Cunha, 1977).

Assim sendo, Caetano precisava de tempo para pôr em prática o seu plano, contudo o tempo só era conseguido mantendo o esforço de guerra, questão que Marcello Caetano sabia que se estava a tornar insuportável, quando em conversa com Freitas do Amaral, admitiu as suas “maiores dúvidas” quanto à continuação da guerra, “Porque as Forças Armadas, que existem para fazer a guerra, já não se querem continuar a bater (...)”, mais tarde chegou mesmo a admitir que “Preciso de tempo. E, portanto, preciso de que os militares continuem a combater (...)” (Amaral, 1996, p. 128).

A Marcello Caetano tinha-lhe sido necessária outra capacidade de resposta política para a Guerra Colonial. Quando, em 1968, Caetano assumiu as responsabilidades do Governo, a guerra já ia longa e desgastante, e pedia do novo Governo uma solução que findasse o conflito. Contudo, Caetano não se mostrou capaz de aplicar a sua política, dominar os acontecimentos e prever a sua evolução futura (Velez, 2017). Quando confrontado com a questão dos problemas nas colónias, já em 1974, como podemos verificar no Anexo E, Marcello Caetano mostrou-se cansado, isolado e sem ideias para resolver os problemas do regime. Faltou-lhe a capacidade de negociação com os movimentos de libertação, a quem Caetano nunca dedicou a devida importância. Só apenas em 1974, numa tentativa já em desespero, decidiu dar ordens ao Ministro dos Negócios Estrangeiros para enviar alguém a Londres para iniciar conversações com membros do PAIGC. O cumprimento dessa tarefa, de cariz secreto, ficou atribuído a José Villas-Boas, que recebeu a missão de conduzir conversações exploratórias com o Governo da Guiné no exílio, o Governo de Madina-do-Boé, para que fosse possível acordar um cessar fogo. Contudo, as condições que o regime

oferecia não eram bem definidas, e a verdadeira independência da Guiné nunca esteve em “cima da mesa”, não resultando qualquer fruto dessas conversações (Villas-Boas, 2003).

Assim foi o Governo de Marcello Caetano, obrigado a governar um regime político profundamente dividido, em que nunca se conseguiu afirmar verdadeiramente nem impor as suas ideias. Caetano possuía as mais altas qualidades na gestão pública e privada, era intelectualmente respeitado pelas mais altas entidades do regime, contudo como Chefe do Governo falhou. Não apresentou a mesma capacidade de organização governamental que Salazar apresentava, ao mesmo tempo que viu o seu poder governamental ser altamente condicionado pelos salazaristas mais conservadores, que temiam uma liberalização do regime com a entrada de Marcello Caetano (Castilho, 2012). Assim se caracterizou o período no qual Marcello Caetano esteve no comando de Portugal, um período que inicialmente se começava a desenhar como sendo de liberalização, modernização e abertura, mas que depressa se revelou como sendo um período de divisão, de incerteza e de crise nacional. Do mesmo modo, podemos definir a política de Caetano como sendo um constante dilema, entre aquilo que eram promessas e aquilo que realmente foi feito, entre perspectivas de mudança e a eterna continuidade (Castilho, 2000). O destino encarregou-se do resto, e a 25 de abril de 1974 dar-se-ia a rutura total.

CAPÍTULO 3: O Emprego da Componente Militar entre 1968 e 1974

3.1. Fundamentos do Emprego da Componente Militar

Quando em setembro de 1968 Marcello Caetano assumiu o poder em Portugal, a situação com que se deparou em termos militares dependia de cada um dos territórios. Enquanto em Angola e Moçambique existia um controlo quase absoluto por parte das tropas portuguesas, na Guiné a situação já inspirava outras considerações, devido à facilidade que os movimentos de libertação tinham em se deslocar para países fronteiriços, onde se podiam refugiar, e também pelo maior grau de adesão da população aos movimentos de libertação (Saraiva, 2004). A situação até à queda do regime pouco se alterou, tendo apenas assumido outros contornos no território da Guiné. Em termos do moral das tropas, esse estava em quebra, com os quadros permanentes fatigados por um esforço elevado em manter uma guerra que já ia longa e com a dificuldade de renovação dos oficiais, com o número de candidatos à Academia Militar a ser cada vez menor, obrigando o regime a suprimir as dificuldades de recrutamento de oficiais através dos oficiais do quadro de complemento. Ao mesmo tempo, Caetano deparou-se com uma estrutura militar pouco adequada ao cenário de guerra e que nada evoluiu desde 1961 (Cunha, 1977).

Em termos internacionais, enquanto em Portugal se vivia o período “primaveril” que foi trazido com Marcello Caetano, deu-se a chegada ao poder do Governo norte-americano do Presidente Richard Nixon. A vitória de Nixon foi vista com bons olhos pelo Governo português, pois a administração portuguesa considerava Nixon como um “ser pragmático” e que dedicaria um esforço maior à reaproximação das relações entre os EUA e Portugal, que há muito se vinham deteriorando desde a administração Kennedy (Antunes, 1992). Essa aproximação, entre Estados, acabaria mesmo por acontecer ao longo dos anos de 1970 e 1971, quando as operações em África se desenvolveram de formas inesperadas. Aproximação que é possível confirmar mesmo em termos operacionais.

Em momentos de grande tensão nos conflitos militares, altos dirigentes militares no Ultramar, como era o caso de Kaúlza de Arriaga e António de Spínola, apoiaram-se na doutrina formada pelos americanos durante a Guerra do Vietname. Refletindo assim uma nítida aproximação com os EUA, com a utilização da doutrina de luta anti subversiva americana.

Sendo assim, o emprego da componente militar, com base na doutrina anti subversiva, assentava em certos princípios. Primeiramente, a criação de *strategic hamlets*

(aldeamentos fortificados), naquilo que seria uma política de recolonização e que foi posta em prática sobretudo em Moçambique, com o objetivo de concentrar populações dispersas de modo a enfraquecer a base social da FRELIMO, promovendo dentro dessas populações uma ação que fora apelidada de “lusitanização dos naturais”. Esta ação foi levada a cabo pelo general Kaúlza de Arriaga, no distrito de Tete onde se encontrava a ser construída a barragem de Cahora Bassa. Deu-se também a africanização da guerra, vista em grande parte como a versão portuguesa da *Vietnamization*, que se concretizou com a criação de unidades de combate principalmente compostas por negros, com principal destaque para os Grupos Especiais de para-quedistas, e os Flechas, corpo auxiliar da PIDE/DGS que participava em operações contra os “rebeldes” em Angola (Afonso & Gomes, 2005) e que servia, de igual forma, como uma tentativa de resolução para a falta de efetivos nas FFAA (Cunha, 1977).

À semelhança do que foi a ofensiva americana contra os santuários norte-vietnamitas no Camboja e no Laos, também as forças portuguesas procederam a operações em países limítrofes da Guiné (Senegal e República da Guiné), de Moçambique (Zâmbia e Tanzânia) e de Angola (Zaire, Congo-Brazzaville e Zâmbia). Ao mesmo tempo, a *chemical warfare*¹¹ (guerra química) passou a fazer parte das opções dos comandantes portugueses, com o lançamento aéreo generalizado de herbicidas em áreas de cultivo, que fossem dominadas pelas forças subversivas. Apesar do regime refutar o uso de armas químicas, o próprio general Spínola viria mais tarde a assumir o uso de herbicidas no combate ao PAIGC (Antunes, 1992). Em último lugar, começaram a surgir cada vez mais as operações de *search and destroy strategy* (estratégia de busca e destruição), em que eram empregues tropas comandos helitransportados, que realizavam ataques relâmpago apoiados no efeito surpresa. A estratégia destes ataques demonstrava claramente os ensinamentos a oficiais portugueses por parte de Escola Americana (Antunes, 1992).

3.2. Em Angola de Costa Gomes

Angola é um país que está situado na África Ocidental, encontrando-se todo o seu território na zona tropical. Na altura dos conflitos ultramarinos fazia fronteira a Norte e Nordeste com a República do Zaire¹², a Este com a Zâmbia, a Sul com a Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico (EME, 1989a).

¹¹ Verificar Anexo H

¹² Denominação dada entre 1971 e 1997, anteriormente e após tem o nome de República Democrática do Congo

A nível populacional, os habitantes de Angola foram divididos legalmente em dois grupos, os indígenas e os civilizados. Ao primeiro grupo pertenciam os habitantes de origem africana que inseriam a sua vida com base num contexto tribal, ou que ainda eram analfabetos e sem qualquer tipo de trabalho permanente. O segundo grupo dizia respeito a habitantes de origem europeia, ou de origem africana, mas em condições de ascender à cidadania portuguesa (Valério & Fontoura, 1994).

A guerra em Angola pode ser dividida em três teatros de operações distintos: Cabinda, o Norte e o Leste. Na região Norte, com capital em Luanda, podemos ainda dividir em dois subteatros, junto à fronteira, e na região dos Dembos. No Leste, é possível destacar as regiões de Henrique Carvalho, Teixeira de Sousa e Cassai, numa região mais a nordeste; as regiões de Luso, Lumeje e Cazombo, ao Centro e Cuando-Cubango, no sudeste da região (Afonso & Gomes, 2005).

Em 1968, a guerra em Angola não levantava grandes problemas às FFAA, e apesar do aumento das ações de subversão a partir da fronteira Este, em 1967, os únicos movimentos de libertação que se movimentavam no território eram o MPLA, a FNLA e a UNITA. Este cenário acabaria por pouco se alterar até ao final dos conflitos em África. No entanto, existiram fatores para que o ambiente vivido em Angola fosse de confiança para as Forças Armadas. Entre eles, a criação de aldeamentos fortificados (*strategic hamlets*), como na parte introdutória do capítulo fora explicado o seu objetivo, serviu para concentrar alguma da população indígena, como forma de recolonização e enfraquecimento dos movimentos de libertação. O recurso cada vez mais a operações com a estratégia de busca e destruição (*search and destroy strategy*), com recurso a tropas helitransportadas, que se mostravam totalmente eficazes para fazer frente às milícias. A expressão da africanização da guerra teve grande destaque em Angola, com a criação de unidades especiais como é o caso dos Flechas, em que a maior parte dos soldados eram negros, e participavam em ações contra os “rebeldes” angolanos. Espalhadas ao longo do território angolano, foi através destas medidas que as tropas portuguesas conseguiram o seu domínio sobre os “radicais” (Antunes, 1996).

Marcello Caetano, em maio de 1970, viria a nomear como Comandante-Chefe da Região de Angola, o general Costa Gomes, que ficava a partir desse momento com a responsabilidade de liderar as operações militares nesse território. A situação com que se deparou ficou conhecida como a “abertura da Frente Leste”, na qual três movimentos de libertação conseguiram levar a cabo vários tipos de ações (Rodrigues, 2008). Desde 1967 que o MPLA adquiriu liberdade de movimentação na região norte do país, o que lhes permitiu consolidar a sua posição.

Para fazer face à ameaça crescente do MPLA, Costa Gomes recorreu pela primeira vez à guerra química, tendo desempenhado um importante papel na ofensiva contra posições avançadas do MPLA. O objetivo da ofensiva seria destruir os santuários que o movimento dispunha na Zâmbia e no Congo-Brazzaville, tirando-lhes a fonte de alimento, ao destruí-los os campos de cultivo de mandioca. Bastou meio ano a Costa Gomes, para que garantisse a destruição de três bases da guerrilha e o controlo total a leste e norte da capital (Antunes, 1992). Apesar de recorrer a armas incendiárias e a bombas de *Napalm*, o general Costa Gomes afirmava que o uso desta tipologia de recursos iria contra os seus princípios, e que somente os havia usado na “abertura da Frente Leste” (Araújo & Silva, 2009). Ao analisarmos os documentos do Arquivo da Defesa Nacional, presentes no Anexo G, somos confrontados com a realidade que o *Napalm* e as armas incendiárias, embora em menor escala quando comparado com a Guiné, eram utilizadas no TO de Angola. A sua pouca utilização estava ligada à ineficácia que apresentava em relação aos objetivos existentes, bem como a vontade de Costa Gomes ser a não utilização desse tipo de armamento.

Em 1970, já com Costa Gomes como Comandante-Chefe da Região de Angola, é desenvolvida a “Operação Madeira”. Esta operação acabaria por representar o pragmatismo do general, que procurava sempre aprofundar todo o conhecimento possível acerca da tipologia do inimigo e do terreno onde se desenrolavam as ações. Esta foi uma das chaves para o sucesso na “Operação Madeira”. Através do apoio da UNITA de Savimbi, Costa Gomes lança uma ofensiva contra os restantes movimentos de libertação, o MPLA e a FNLA. A operação foi de tal forma bem conseguida, que resultou na eliminação da maior parte das bases do MPLA e da FNLA no interior de Angola e em toda a frente Leste (Afonso & Gomes, 2005).

Com a metrópole sufocada e desgastada pelo esforço de uma guerra que durava há quase 10 anos, Costa Gomes conseguiu inverter a situação de desespero que se vivia em termos financeiros e de recrutamento. Ao aplicar a africanização da guerra, recorrendo a pequenas forças na realização de operações de contra subversão, conseguiu aliviar o problema da falta de efetivos. A aplicação do soldado que tivesse total conhecimento do território, uma vez que era originário de lá, trazia enormes vantagens a um exército com poucos conhecimentos do terreno onde se desenrolava a guerra. A aproximação à população era melhor, uma vez que poderiam partilhar o mesmo dialeto, resultando numa melhor recolha de informações, trazendo benefícios para o desenrolar das ações. Muitas eram as vezes que se recorria também ao uso de cavalos e de helicópteros para melhorar a mobilidade das tropas (Afonso & Gomes, 2005).

Os movimentos de libertação começavam a obter cada vez menos vitórias significativas, muito por culpa da ação das tropas portuguesas, mas também das divisões e disputas que iam ocorrendo entre os movimentos de libertação (Marques, 2006). Tendo mesmo, através da aproximação à população que o general Costa Gomes levou a cabo, a UNITA prestado apoio a Portugal. Ao mesmo tempo, lutas entre o MPLA e a FNLA, levavam ao enfraquecimento desses movimentos. Porém, com a substituição do general Bettencourt Rodrigues, pelo general Abel Hipólito, no comando da Zona Militar do Leste de Angola, houve uma quebra com os ideais do general Costa Gomes, que previam o evitar de confrontos com a UNITA, e a situação esteve prestes a piorar, o que acabaria por não acontecer e a normalidade pacífica acabaria por regressar (Cunha, 1977).

Deste modo, a situação militar vivida em Angola em 1974 era satisfatória para o Governo português, com uma vitória militar em vista. Contudo o 25 de abril, e a consequente queda do regime, acabariam por ditar a o fim do domínio português em Angola.

3.3. Na Guiné de Spínola

A Guiné encontra-se situada na costa ocidental de África, totalmente inserida na zona tropical (EME, 1989b). Apresenta uma área de 36.125 km², sendo que 28.000 km² são compostos por terras permanentemente emersas, o clima aliado às regiões pantanosas, tornavam o território difícil e desgastante (Cruz & Ramos, 2012). É limitado a Norte pelo Senegal, a Leste e a Sudeste pela Guiné Conacri e a Sudoeste pelo oceano Atlântico (Afonso & Gomes, 2005). A população dividia-se em dois grandes grupos que, por sua vez, se dividiam em subgrupos. Os Paleo-Sudaneses que ocupavam maioritariamente as regiões junto ao litoral, e os Neo-Sudaneses que habitavam nas áreas do interior (Afonso & Gomes, 2005). No que diz respeito aos idiomas, o português não tinha grande expressão, uma vez que só era falado nos grandes centros urbanos onde habitavam portugueses. Os restantes habitantes dividiam-se entre o crioulo, o francês e línguas próprias de cada uma das etnias.

Em termos militares podemos afirmar que a Guiné foi o TO onde as FFAA sentiram mais dificuldade em controlar o território. Muito por culpa das condições geográficas pelas quais a Guiné se caracterizava, e pela não existência de qualquer tipo de impedimento de deslocação para os países fronteiriços, as forças do PAIGC movimentavam-se com relativo à vontade (EME, 1988).

A situação foi-se tornando cada vez mais insustentável, com o PAIGC a conseguir cada vez mais território na Guiné, ao ponto de em 1968 e ainda com Salazar no poder, o

general António de Spínola passar a ocupar o lugar de Comandante-Chefe da Região da Guiné.

Foi neste estado que Marcello Caetano encontrou o território da Guiné¹³, quando substituiu Salazar. A missão que havia de atribuir a Spínola era a de inverter a situação da Guiné, enfraquecendo um PAIGC cada vez mais em ascensão. A Spínola era pedida uma resposta eficaz e rápida, a que o general atendeu, com recurso à imitação de estratégias usadas pelos americanos no Camboja e Laos, como a africanização da guerra e o recurso a *Napalm*. Através da ação de Spínola, o uso de *Napalm* e de armas incendiárias ganhou a maior relevância dos três TO's. Analisando a documentação relativa ao uso dessa tipologia de armamento, conseguimos perceber que foi na Guiné que a guerra química ganharia maior destaque. Para Spínola, este tipo de armamento apresentava enormes vantagens, quando utilizado nas condições corretas. Os consumos anuais, em 1973, eram de 501 bombas de *Napalm* de 300kg/350L; 864 bombas de *Napalm* de 80kg/100L; e 3280 granadas incendiárias (Anexo G, fig. nº 15). Os ataques foram levados a cabo na província de Casamance, implicando violações do território do Senegal. Para tentar travar definitivamente os “grupos rebeldes”, o Comandante-Chefe tomou a decisão extraordinária, e que viria a refletir-se na África Ocidental, de invadir a Guiné Conacri (Antunes, 1992).

Na operação que foi apelidada de “Mar Verde”, Spínola tinha o objetivo de derrubar o Presidente da República da Guiné, Sekou Touré, cujo governo assentava em métodos de terror e que, desde 1958, condenara cerca de 600 000 habitantes ao exílio político ou emigração. Conjuntamente, pretendia também a destruição do Quartel-General do PAIGC e eliminação de Amílcar Cabral. A operação fracassou, tendo havido por parte da URSS um aproveitamento para ampliar a sua influência política e militar na África Ocidental. Ao mesmo tempo, verificou-se um aumento no auxílio material ao PAIGC, do lado soviético, através do eixo Moscovo-Havana, com o envio de instrutores cubanos, acompanhados de material bélico sofisticado, para o quartel-general da guerrilha em Conacri (Antunes, 1992).

Com a morte de Amílcar Cabral, sobre a qual ainda existe a especulação de quem foi o seu autor, tendo sido atribuída, segundo o general Spínola e membros da PIDE/DGS, ao ex membro do PAIGC, Inocêncio Kati. Não se verificou o enfraquecimento do movimento, antes pelo contrário. Em março de 1973 registaram-se os primeiros ataques do PAIGC com recurso a mísseis terra-ar *Strela*, retirando toda a liberdade de ação à Força Aérea Portuguesa (Cruz & Ramos, 2012).

¹³ Verificar Anexo D

Para fazer face à nova ameaça, Portugal precisava de se reequipar, tendo estado nos planos do Governo a aquisição de novos meios, como mísseis e novas aeronaves, contudo a aquisição nunca se verificou.

Ainda em 1973, mais concretamente em agosto, deu-se a substituição do general Spínola pelo general Bettencourt Rodrigues. Em setembro, a Guiné Bissau acabaria por ser declarada independente, tendo a influência das tropas portuguesas diminuído. Em 1974, a presença militar portuguesa resumia-se à capital.

3.4. Em Moçambique de Kaúlza de Arriaga

Situado na costa oriental de África, em pleno hemisfério sul, Moçambique encontrava-se delimitado, no período da guerra, a Norte pela Tanzânia, a Oeste pelo Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, República da África do Sul e Suazilândia, a Sul pela África do Sul, e a Leste era banhado pelo oceano Índico. A população era maioritariamente autóctone, agrupando-se, em larga medida, ao longo da faixa costeira. Os europeus concentravam-se, em maior parte, no distrito de Lourenço Marques (EME, 1989c).

Quando, em 1968, Marcello Caetano tomou posse, a situação militar no território de Moçambique encontrava-se dentro dos possíveis, controlada. As ações da FRELIMO estavam bem delimitadas a zonas na região norte, como Niassa e Cabo Delgado, apesar de terem gozado de relativa liberdade de movimentação até 1966, devido à fraca presença militar portuguesa (EME, 1988). Em 1968, a FRELIMO abre uma nova frente, em Tete, mas não consegue retirar sucesso, devido à resposta das tropas portuguesas (Marques, 2006).

Em 1969, o general Kaúlza de Arriaga assumiu o papel de Comandante-Chefe de Moçambique. Foi já com Kaúlza de Arriaga que foi lançada a operação “Nó Górdio” que tinha por objetivo destruir e expulsar a guerrilha do interior, afastando-a também da barragem de Cahora Bassa, ainda em construção (Antunes, 1992). O principal objetivo do general seria o de pôr termo às “atividades terroristas” dentro do território de Moçambique, acabando assim com a guerra nesse TO (Cunha, 1977).

A operação teve início em julho de 1970, tendo sido mobilizados cerca de 8 000 homens, que se distribuíram entre tropas mecanizadas de engenharia, tropas comando helitransportadas, para-quedistas, fuzileiros e quase toda a totalidade da artilharia de campanha disponível, entre outras. Recorreu-se também ao *napalm* e a bombas químicas de fabrico sul-africano (Afonso & Gomes, 2005). Tal como aconteceu em Angola, o recurso a guerra química foi feito de uma forma mais pontual, sendo o principal objetivo da sua utilização a destruição de bases e acampamentos de guerrilheiros, como se verifica nos

documentos presentes no Arquivo do Ministério da Defesa¹⁴, que faz referência à utilização de *Napalm* e armas incendiárias. A meio do verão de 1970, já tinham sido destruídas quatro das principais bases da FRELIMO a norte, e provocada a fuga dos rebeldes para a Tanzânia. A ofensiva seguiu depois para a segunda fase, através da operação “Fronteira”, que obrigou a FRELIMO a um reagrupamento geral e os afastou de um objetivo remunerador que era a barragem de Cahora Bassa (Antunes, 1972).

Kaúlza de Arriaga considerou a operação um sucesso, contudo o mesmo sentimento não foi partilhado pelos seus homónimos nos outros TO's, Costa Gomes afirmava que a ofensiva “Nó Górdio” tinha tido um custo extremamente elevado em termos materiais, enquanto Spínola apresentou uma conclusão muito mais vincada, afirmando apenas que o “Nó Górdio foi um fracasso” (citado por Antunes, 1992, p.144).

Todo este modo de operar, e a ideia que Kaúlza de Arriaga defendia que devia ser posta em prática para acabar com a guerra em Moçambique, contrastava com os ideais dos anteriores Comandantes-Chefes, general Costa Almeida e general António Augusto dos Santos. Nessa fase, quando a guerra começou em Moçambique, ambos deixavam a iniciativa de ataque nas mãos dos movimentos de libertação limitando-se apenas a responder aos ataques dos “rebeldes” (Cunha, 1977).

A partir de 1972, a situação agrava-se com a FRELIMO a conseguir atravessar o Zambeze, ganhando assim condições para o envolvimento da zona da barragem. Ao mesmo tempo, a capacidade operacional das tropas metropolitanas estava em quebra, com cada vez mais dificuldades de renovação de recursos materiais e humanos (Cruz & Ramos, 2012).

Em janeiro de 1974, o general Kaúlza de Arriaga viria a ser substituído pelo general Basto Machado (Cunha, 1977). Contudo, as dificuldades vividas foram sempre aumentando, até aos chamados “acontecimentos da beira”, com as populações brancas de Vila Pery e da Beira a manifestarem o seu desagrado perante a falta de proteção e incapacidade das forças portuguesas de se oporem ao avanço da guerra, obrigando a Polícia a intervir.

Apesar de tudo, a situação em Moçambique inseria-se entre a angolana e a vivida na Guiné. Ou seja, apesar de não se viver uma paz total, a situação não se encontrava descontrolada. Mesmo assim, ao Governo exigia-se uma solução para as dificuldades sentidas. Essa solução nunca chegaria e, a 25 de abril de 1974, dava-se a rutura total.

¹⁴ Verificar Anexo G

CAPÍTULO 4: AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTO MILITAR – QUEM E COMO SE EQUIPOU PORTUGAL?

4.1. Enquadramento: O Início da Guerra

Muitos são os que defendem a teoria de que Portugal foi apanhado desprevenido na Guerra Colonial, mas a verdade é que existia no regime a consciência de que a manutenção das suas políticas acabaria por levar a um confronto bélico mais tarde ou mais cedo, tendo havido, por isso, da parte do regime uma preparação prévia com base nos meios ao seu dispor. Contudo, o panorama internacional no qual Portugal se inseria não lhe era o mais favorável, a falta de apoios externos não garantia ao Governo a capacidade de fazer face à crescente onda de insurreição que se vinha a sentir nas colónias, obrigando-o a mudanças e rupturas com os parceiros comerciais de até então. Ou seja, a verdade é que a diminuição do apoio internacional dado a Portugal foi uma constante ao longo da guerra, com países considerados amigos a negarem o apoio público ao regime português (Cunha, 1977).

Sendo assim, as antigas relações comerciais que Portugal mantinha com os países anglo-saxónicos foram remetidas para segundo plano, dando lugar a outras fontes de apoio tecnológico e militar. Deste modo, em 1959, Portugal via nos contactos efetuados com a África do Sul um possível aliado para combater os eventuais movimentos de libertação nas colónias portuguesas. No mesmo ano, começaram as negociações com a República Federal da Alemanha (RFA), que previa diversas medidas, das quais a cedência da Base de Beja, em troca do apoio alemão à indústria militar portuguesa, especificamente no apoio à produção de armamento ligeiro de infantaria, tão necessário para a guerra. Foi através destes contactos entre Portugal e a RFA que se deram os primeiros passos no acordo da produção da espingarda automática G3, a arma da Guerra de África (Telo, 1994).

Para enfrentar uma guerra subversiva, o regime português tinha plena noção que existiam questões a melhorar em termos de aquisição e modernização de material e armamento. Aspectos como a criação de capacidade aérea ou a modernização do armamento individual do combatente careciam em grande medida de verificação. Por sua vez, estas e outras questões não poderiam ser resolvidas sem algum tipo de apoio externo, aparecendo os EUA como sendo uma opção óbvia. Contudo, como vimos, a política americana para as questões de África muda na altura em que o conflito se encontra ainda na fase inicial, e os pedidos de apoio de Portugal aos EUA são recusados, obrigando o regime a enveredar por outras soluções, com outros países e em piores condições do que as que esperava obter, tendo por diversas vezes, enveredado por acordos comerciais com empresas privadas

internacionais. Por tudo isto, quando o esperado confronto rebenta, Portugal não se encontrava preparado para o enfrentar.

4.2. O Exército e o seu Material

O equipamento do Exército Português, no início da década de 60, pode ser dividido em três períodos distintos de aquisição: o material proveniente da Guerra Civil Espanhola e do início da II Guerra Mundial, seguidamente o material adquirido durante a II Guerra Mundial e, por último, o material adquirido com a entrada de Portugal na NATO.

O material adquirido no final da década de 30, proveniente da Guerra Civil Espanhola e pelo início da segunda Guerra Mundial, era fundamentalmente de origem alemã, como no caso das espingardas *Mauser*, metralhadoras ligeiras *Dreyse* e *Borsig* e obuses de 10,5 cm e por material de origem italiana, como a metralhadora *Breda* e obuses de 7,5 cm. O calibre das armas ligeiras era o de 7,92 mm. Seguidamente, existia o material recebido no decorrer da II Guerra Mundial, vindo como moeda de troca pela utilização dos Açores, era sobretudo material pesado, como o caso dos obuses de 8,8 cm e 14 cm, peças de 11,4 cm e peças antiaéreas (AA) de 4 e 9,4 cm, calibres fundamentalmente ingleses. Por último, existia o material recebido aquando da entrada de Portugal na NATO, canhões sem recuo de 57 mm, 75 mm e 106 mm, metralhadoras de 12,7 mm, morteiros de 60 mm, 81 mm e 107 mm, viaturas blindadas e carros de combate. Todo o material fornecido pela NATO apresentava restrições de emprego, não podendo ser utilizado fora dos interesses da organização. A entrada na NATO também representou a uniformização de calibres, 7,62 mm para as armas ligeiras e 10,5 cm e 15,5 cm para os obuses. Portugal via-se, então, na obrigatoriedade de substituir a espingarda *Mauser* por uma espingarda automática ou semiautomática (Afonso & Gomes, 2005).

Com o romper dos conflitos no território ultramarino, ficou clara a necessidade de equipar as tropas portuguesas com uma arma automática de base, uma vez que a espingarda de repetição utilizada até então não se mostrava capaz de fazer face às necessidades das tropas. Assim sendo, duas opções de armamento se colocaram, a *FN (Fabrique National d'Herstal)* de origem belga, e a *G3* de origem alemã. Ambas as opções foram testadas em combate por parte do Exército Português, decorrendo ainda o ano de 1961, quando começaram a chegar à Região Militar de Angola as primeiras unidades armadas com a espingarda automática *FN / 7,62 mm*, em conjunto com a pistola-metralhadora *UZI* e os primeiros lança-granadas de espingarda (EME, 1988).

O Exército acabaria por adquirir ambas as opções inicialmente, mas numa fase mais avançada decidiu-se definitivamente pela opção germânica. Esta escolha pode ser justificada, analisando a situação externa em que Portugal se encontrava. Devido às políticas ultramarinas, muitos eram os países que fechavam portas a qualquer tipo de venda de armamento a Portugal, afirmando não querer alimentar uma guerra de carácter colonial. Contudo, as boas relações que Portugal mantinha com a RFA ajudaram à decisão da escolha da *G3*. Já em tempos anteriores, ambos países tinham transacionado dezenas de milhões de cartuchos 7,62 mm e centenas de milhares de granadas de artilharia, fabricadas em grande parte pela Fábrica Braço de Prata (Afonso & Gomes, 2005).

Para complementar o armamento, e equipar as secções de atiradores, o regime decidiu encomendar a metralhadora ligeira *MG 42*, tendo entrado ao serviço inicialmente em 1962. Anos mais tarde, a questão do armamento ainda não se encontrava resolvida, inicialmente o Ministério do Exército sugeriu que fosse adquirida a metralhadora *MGI A6*, de forma a suprimir as necessidades mais imediatas, e que gradualmente se fosse procedendo à aquisição da *HK 21*, com possibilidade de ser fabricada pela Fábrica do Braço de Prata, libertando Portugal da dependência de outros Estados. A escolha pendeu para o lado da *HK 21*, uma arma que apesar de nunca antes ter sido utilizada por nenhum exército, inspirava confiança a Portugal, uma vez que os seus criadores eram os mesmos que haviam projetado a *G3*. O facto de 48% das peças serem comuns às duas armas, também ajudou na decisão (EME, 1988).

A artilharia destacada inicialmente para África era composta, essencialmente, por material obsoleto e de calibre reduzido, estando totalmente desenquadrada com as forças NATO, tornando difícil a obtenção de munições. A solução passou por utilizar o material mais antigo, até ao esgotamento das suas munições, e depois proceder-se à sua substituição. Assim sendo, os primeiros obuses 10,5 cm m/941/62 foram testados inicialmente em Angola, em 1961. Por sua vez na Guiné, a utilização da artilharia deu-se a partir de 1966, através dos obuses 8,8 cm, utilizados por pequenas unidades. A partir de 1968 começou a existir maior diversidade de meios de artilharia, com características mais modernas e alcances superiores, passando a ser utilizados: 19 obuses 10,5 cm, que perfaziam três baterias; 6 obuses de 14 cm, correspondente a uma bateria e por último, 6 peças de 11,4 cm, fazendo uma bateria. Contudo, a carência continuava a verificar-se, quer em termos de peças de artilharia, quer em termos de morteiros de 120 mm e 81 mm (Cunha, 1977). Também, a falta de meios de aquisição de objetivos foi uma constante ao longo da guerra, circunstância que limitou bastante o emprego da artilharia. Embora em menor escala, a artilharia antiaérea foi

mobilizada sob a forma de pelotões, dotados de peças de 4 cm, com o objetivo de proteger pontos críticos, suscetíveis de ataques aéreos (Afonso & Gomes, 2005).

Já na cavalaria, a utilização dos carros de combate não foi tida em conta, por se considerar inadequado ao teatro africano, ao mesmo tempo que, sendo material NATO, iria também chocar com as restrições de uso do material. Por sua vez, as unidades de reconhecimento desempenharam um importante papel no desenrolar da guerra (Afonso & Gomes, 2005).

Vejam agora uma das questões mais problemáticas durante a guerra, as viaturas. Grande parte dos territórios portugueses em África não dispunha ainda de uma boa rede de estradas, sendo que quanto mais se afastasse do centro, para regiões mais isoladas, pior se tornava o problema. Para complicar a tarefa às tropas portuguesas, os movimentos de libertação muitas vezes criavam obstáculos nas estradas, de modo a complicar e retardar a circulação de tropas portuguesas. Resultado, as viaturas estavam constantemente sob grande desgaste, necessitando de manutenção e sobressalentes, bem como o seu tempo de vida útil era reduzido. Assim, com a entrada de Portugal na Guerra Colonial, houve também uma atualização das viaturas utilizadas. Os jipes de 3/4 toneladas (ton) foram substituídos por viaturas *Unimog* (*Universal-Motor-Gerät*) de dois tipos: *Unimog 3/4 ton Diesel* e o *Unimog S* de 1,5 ton, foram adquiridos também camiões *Berliet*, bem como jipes e viaturas *Mercedes*. Mais uma vez, e à semelhança com a questão do armamento, a escolha de viaturas recaiu sobre opções alemãs em conjunto com francesas (EME, 1988).

O sucesso do *Unimog* foi de tal ordem que, em 1965, eram já mais de duas mil viaturas a operar no Ultramar, com o Governo a ter a clara intenção de aumentar esse número. As razões pela preferência das viaturas *Unimog* prendem-se com o facto de que, durante o tempo em que estiveram em utilização, deram provas bastante positivas das suas capacidades, apresentando grande resistência à sua utilização em combate por parte das tropas portuguesas. De igual forma, os seus fabricantes praticavam prazos de entrega menores, incorporando na sua construção 25 a 30% de mão-de-obra e matéria-prima nacional. Portugal afastava-se, mais uma vez, da opção norte americana. A questão das viaturas sempre foi encarada como um “tendão de Aquiles” para o regime, a lentidão na substituição de viaturas e a falta de sobressalentes colocavam as unidades a operar apenas com 75% das viaturas previstas nos quadros orgânicos, traduzindo-se numa falta de quatro mil viaturas (EME, 1988).

Com o desenrolar da guerra, houve também uma evolução nos serviços que davam apoio aos militares portugueses. O Serviço de Material foi melhorando os materiais à sua

responsabilidade, tomando consciência das necessidades específicas e permanentes das tropas e de como se verificava o desgaste do material utilizado. Por sua vez, o Serviço de Intendência procurou também dar resposta às necessidades que o combate impunha, fornecendo prontamente atrelados frigoríficos e caixas isotérmicas. Ao mesmo tempo, propôs e atribuiu uma cama e uma rede mosquiteira por homem, e aconselhou a atribuição de uma coleção de material de cozinha por companhia, tomou também conta da insuficiência de fardamento. Todas estas medidas visavam o melhoramento do moral e do bem-estar dos soldados. Não obstante, o Serviço de Saúde destacou a importância da distribuição de duas automacas todo-o-terreno a cada batalhão, e que fosse estudada uma solução para uma maca articulada fabricada com um material leve para ser usada em operações a pé. Distribuiu também filtros de água às unidades (EME, 1988).

Os problemas alastravam-se também à Engenharia Militar, que sentia grandes dificuldades no fornecimento de geradores elétricos às unidades, de material de sapadores e de construção e na compra e manutenção de equipamento mecânico próprio. Este último tinha elevado valor para as tropas portuguesas, pois servia maioritariamente para a abertura de picadas, essenciais para a movimentação das tropas portuguesas. Quanto ao material de transmissões, toda a região de Angola necessitava, em 1962, com urgência, de retificadores e grupos de carga de baterias, indicadores telefónicos e rádios do tipo E/R CPRC-26, que ao serem artigos de elevado desgaste, e por não existirem em depósito, eram considerados “artigos críticos” (EME, 1988).

Para fazer face à extrema carência de material que o Exército Português estava a sentir, em 1964, foi atribuída uma verba de um milhão e quinhentos mil contos para o Plano de Aquisição do Exército, permitindo ao Ministério do Exército executar um planeamento mais ajustado de acordo com as suas necessidades. A maior parte da verba disponibilizada foi atribuída à Direção do Serviço de Material, que canalizou essa verba para a aquisição de viaturas, armamento e munições, sendo considerados os artigos mais críticos durante a campanha de África (Teixeira, 2004).

Assim sendo, é-nos possível constatar que a maior parte do esforço de aquisição de material para o exército português foi feito ainda com Salazar no poder, tendo Caetano seguido uma linha de continuidade com o que o seu antecessor vinha a fazer até então, relativamente ao emprego dos meios já disponíveis.

4.3 A Armada e o seu Material

Poucos anos antes do início da Guerra Colonial, Portugal não dispunha de meios apropriados para a tipologia de conflitos que encontrou em África. A maioria dos navios que Portugal dispunha, que mereçam destaque, faziam ainda parte dos navios adquiridos em segunda mão após a II Guerra Mundial, à Marinha Britânica e à Marinha Americana.

O processo de aquisição teve início em 1949, com a compra de duas fragatas inglesas da classe *River*, tendo ainda sido utilizadas na batalha do Atlântico na II Guerra Mundial, a *Nuno Tristão* e *Diogo Gomes*. Mais tarde, em 1959, outras duas fragatas foram adquiridas também a Inglaterra, pertencentes à classe *Bay*, a *Álvares Cabral* e a *Pacheco Pereira*, às quais se juntariam as fragatas *D. Francisco de Almeida* e *Vasco da Gama*.

Apesar da inadequação dos sistemas que equipavam as fragatas da Armada Portuguesa, foram estas que, até à sua substituição dez anos mais tarde, desempenharam o papel de controlo das linhas de comunicação entre as colónias e a metrópole, ao mesmo tempo que tinham à sua responsabilidade a vigilância da zona costeira dos territórios ultramarinos.

A substituição viria a ocorrer por novas fragatas construídas por França, assim como por corvetas encomendadas a Espanha e à Alemanha. Para tentar mitigar a desadequação dos meios navais, foi feito um esforço financeiro por parte do Governo que, em 1964, encomendou a construção, a um estaleiro francês de Nantes, de quatro fragatas com características necessárias à atuação em climas tropicais. São elas as fragatas *Comandantes João Belo*, *Comandante Hermenegildo Capelo*, *Roberto Ivens* e *Comandante Sacadura Cabral*, tendo a primeira entrado ao serviço em 1967 e a última em 1969 (Afonso & Gomes, 2005).

De todos os meios navais que Portugal possuía antes do conflito, e perante o esforço a que se sujeitou para tentar melhorar a capacidade de resposta da Marinha de Guerra Portuguesa, podemos confirmar a falta de preparação deste ramo das Forças Armadas, para enfrentar a tipologia de combate que se desenrolava em África. Sendo assim, se por um lado Portugal teve facilidade em reunir recursos em termos de pequenas embarcações, como é o caso das lanchas, no que diz respeito a embarcações de maior dimensão, a ingerência de recursos e a incapacidade de elaborar projetos de construção levou a um atraso no emprego de meios adequados, que só começaram a surtir efeito nos últimos anos da década de 60.

Também na Armada Portuguesa, e à semelhança do que já se vinha sucedendo no Exército Português, existe inicialmente um conjunto de países aos quais Portugal recorre

para as aquisições de material, são eles os EUA e Inglaterra, mas com o desenrolar do tempo e com o romper do conflito em África, Portugal acabava por colocar de parte esses parceiros, e optar por trocas com países como Alemanha e França. À semelhança do que acontecia no exército, Caetano apenas continuou o que vinha a ser feito por Salazar.

4.4 A Força Aérea e o seu Material

As Aeronaves utilizadas pela Força Aérea Portuguesa (FAP) dividiam-se conforme as suas principais missões, temos os aparelhos de transporte pesado, de transporte médio, de observação e ligação, e, por último, os de combate.

Para cumprir a missão de transporte, a partir de 1961 a FAP tinha ao seu dispor 10 *Douglas DC-6*, tendo a partir de 1972 começado a ser utilizado o *Boing 707*. Com recurso a estas duas aeronaves, o regime conseguiu passar a efetuar o transporte de tropas para África, por via aérea, diminuindo drasticamente o tempo de projeção, que até à data era feita por via marítima. Por sua vez, o transporte médio dizia respeito a todo o tipo de transporte tático e logístico que fosse realizado dentro do TO. Para este tipo de missão, Portugal dispunha do modelo *C-47 Dakota* utilizado maioritariamente para transporte de pessoas, e como lançador de bombas na Guiné. Ao mesmo tempo, era utilizado também o *Nord-Atlas*, que devido à sua grande robustez e capacidade de descolar e aterrar em pistas curtas e em más condições, sendo inclusivamente utilizado como lançador de tropas para-quedistas, se revelou bastante capaz. Relativamente às aeronaves de observação e ligação, elas tinham como objetivo apoiar as operações terrestres, realizando missões de observação e reconhecimento, podendo também realizar missões de ligação e transporte limitado. Durante a guerra, Portugal teve à sua disposição a aeronave de origem alemã *Dornier DO-27*, que viria a desempenhar também missões de combate, devido à possibilidade de ser armada com dois ninhos de rockets de 37 mm. O modelo *D.5/160 Husky* foi também utilizado em missões de observação, evacuação e ligação. Por último, temos os aviões de combate, dispondo Portugal do *T-6 Harvard*, que conseguia ser armado com bombas e foguetes debaixo das asas, e do caça-bombardeiro americano *F-84 G Thunderjet*. O também americano *F-86 Sabre* foi utilizado inicialmente em Angola, mas viria a ser retirado por ser material NATO. Em Moçambique, o modelo de aviões de combate utilizado era o *PV2*. Um dos modelos mais utilizados foi a aeronave de combate de origem italiana, mas adquirida à Alemanha, o *Fiat G-91-R4* (Afonso & Gomes, 2005). A maior parte das aeronaves referidas começaram a ser adquiridas antes da substituição de Salazar por Caetano.

Quanto aos helicópteros, na Guerra Colonial foram usados desde o início os modelos franceses *Allouette* e *Puma*, tendo desempenhado um importante papel nas operações de contraguerrilha. Os primeiros modelos de *Allouette* chegaram a Portugal ainda antes da guerra começar, em 1957, após a compra dos aparelhos à empresa francesa Sud-Aviation. Os primeiros modelos do *Allouette II* começaram a operar logo no início dos confrontos, em 1961, tendo depois sido atualizados para o modelo seguinte, o *Allouette III*. Com as necessidades da guerra a aumentarem, existiu também a necessidade de possuir um aparelho mais avançado e com outra capacidade de resposta. Assim sendo, a partir de 1970, os primeiros modelos do helicóptero *Puma* entraram em ação, realizando a sua primeira missão em Santa Eulália, no norte de Angola, já com Caetano no poder (Afonso & Gomes, 2005).

Com Silva Cunha (1977) no papel de Ministro da Defesa Nacional, a partir do final de 1973, houve uma tentativa de modernizar os meios aéreos que Portugal dispunha, contudo acabaria por nunca se traduzir em efeitos concretos. A tentativa de modernização dos meios aéreos espelha, em certa parte, uma tentativa de evolução com o que vinha a ser feito até então com Salazar. Os objetivos da política de defesa continuavam a ser os mesmos, mas com a evolução das capacidades do inimigo, Caetano tentou uma aposta noutra tipologia de meios que fossem ao encontro das necessidades do regime. Podemos então concluir que, nesta área específica de intervenção do Governo, existiu uma moderada evolução na continuidade.

Em conjunto com o que se sucedia nos outros dois ramos das Forças Armadas Portuguesas, existia na FAP um leque de material anterior à Guerra Colonial, que havia sido adquirido aos EUA. Com o aproximar do conflito, foi-se verificando o afastamento da ligação Portugal-EUA, com o regime a apoiar-se mais nas opções francesas e alemãs.

4.5. A compra dos Caças *Mirage* e dos Mísseis *Crotale*

A aquisição da aeronave de combate francesa *Mirage* significaria uma clara tentativa de melhoramento das capacidades aéreas portuguesas nos territórios ultramarinos. Praticamente durante todo o período da guerra, a aviação portuguesa desempenhou um papel de fundamental destaque, desde a projeção de tropas até à evacuação de feridos, passando por toda a tipologia de missões de apoio logístico e de combate, atuando sempre com total liberdade e sem qualquer tipo de oposição que pusesse em perigo a sua movimentação.

Com o aparecimento do míssil *Strela*, que passou a equipar as tropas do PAIGC, a situação mudou. Portugal via agora a luta a intensificar-se no território da Guiné, e era exigido ao regime uma solução que fosse capaz de fazer face à crescente ameaça, o que fez

com que a FAP procurasse uma aeronave com elevado poder no combate aéreo para dar resposta aos caças *MiG*, que equipavam a Força Aérea da Guiné Conacri, e com elevado poder de ataque ao solo para fazer face às forças equipadas com os mísseis *Strela*.

A escolha que pareceu melhor satisfazer as intenções do regime português pendeu sob o modelo francês *Mirage*. Esta escolha de um modelo francês prende-se com algum significado, desde o final dos anos 50 que Portugal vinha mantendo uma relação saudável com França no espectro político e militar. Tanto que, entre 1964 e 1971, o valor das vendas de França a Portugal ascendeu a 700 milhões de francos franceses (Matos, 2012). Contudo, dada a mudança de presidente em França, com Pompidou a substituir De Gaulle em 1969, houve uma alteração na política externa francesa, com a aproximação aos países africanos de língua francesa. Começavam assim a existir alguns condicionamentos no fornecimento de material militar a Portugal. Em telegramas trocados durante o ano de 1971, entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros, França deixa claro que um possível fornecimento de aviões *Mirage* poderia melindrar as relações com o Senegal (Matos, 2012). Esta questão acaba por ir ao encontro com o que Rui Patrício descreveu a Leonor Xavier (2010), quando afirmou que várias foram as vezes que o Governo do Senegal enviou “queixas” ao Governo francês acerca da atuação portuguesa, e que um aproximar das relações entre Portugal e França, poderia não ser bem vista por parte do Governo senegalês. Para Caetano era importante manter uma relação saudável com França e evitar “reações desfavoráveis” (Antunes, 1992).

Ainda assim, no decorrer do ano de 1971, Portugal avança com o pedido para uma possível aquisição de 18 *Mirage III* ou 5. Existe, contudo, no seio do Governo francês, a noção de que o regime de Marcello Caetano não dispunha de verbas necessárias para tamanha aquisição. A situação arrasta-se, e só em 1973 é que volta a sofrer novos desenvolvimentos com o Ministro da Defesa, Viana Rebelo, a considerar que a aquisição dos caças se traduziria em “encargos militares pesados”, mas que eram considerados como prioritários para o Governo. Da parte francesa, a preocupação quanto à venda dos aparelhos estava dependente de um acordo acerca do estacionamento e emprego dos aparelhos por parte de Portugal, tal como defende o historiador José Matos (2012), e que está em concordância com o que vem descrito nos telegramas, anteriormente mencionados. O Governo francês estaria preocupado que um possível estacionamento dos *Mirage* na Guiné

ou em Cabo Verde, onde a FAP dispunha de uma base, permitisse a Portugal desempenhar operações sobre a zona do Senegal, podendo melindrar as relações entre França e o Senegal.

No final do ano de 1973, o Ministério da Defesa passa a ser assumido pelo até então Ministro do Ultramar, Silva Cunha, que no início de 1974, recebe um memorando em que vem discriminado o preço a pagar pelo *Mirage 5*, que foi escolhido como sendo a opção mais fiável, tendo em conta o preço e o tempo de aquisição. A versão monolugar tinha o valor de 103 mil contos e a versão bilugar o valor de 108 mil contos. Todas as aquisições dependiam de financiamento externo, que Portugal estaria a negociar com a África do Sul (Matos, 2012).

As negociações continuavam e, a 24 de abril de 1974, o ministro Rui Patrício encontrou-se com o embaixador francês em Lisboa, de modo a explicar a extrema necessidade que Portugal tinha dos aparelhos franceses. Tanto que através de telegrama, o embaixador faz chegar a França que para Portugal os *Mirage* representavam um “investimento considerável”, mas necessário para ser usado como “efeito dissuasor” ao mesmo tempo que possibilitava o regime português de responder a “eventuais ataques de *MiGs* estacionados na Guiné Conacri” (ADMAE, Telegrama, 24/04/1974)¹⁵. Por sua vez, Patrício mostrava-se intransigente quanto à imposição de França proibir o estacionamento dos caças em Cabo Verde, e, que se tal não fosse levantada, o negócio não se realizava. A restrição não seria levantada e, a 25 de abril de 1974, com a queda do regime português, caíram também as políticas ultramarinas, e o negócio nunca se chega a realizar (Matos, 2012).

A procura por melhores meios de defesa continuava, se os *Mirage* tinham o propósito maior de fazer face aos mísseis *Strela*, havia ainda a necessidade de equipar as tropas portuguesas com um sistema capaz de fazer face aos caças *MiG*. Para tal, o regime manifestou o seu interesse em adquirir os mísseis antiaéreos *Crotale*. Fabricados inicialmente para a África do Sul, pela empresa francesa *Thomson-CFS*, o *Crotale R440* consistia num sistema de defesa aérea contra ataques a baixa altitude (Matos, 2015).

Em 1974, estaria já em curso o processo de aquisição de dois pelotões de mísseis *Crotale R440*, estando prevista a entrega do primeiro em maio desse mesmo ano, para defender Bissau, sendo que o segundo chegaria dezoito meses depois. Mesmo com o fim da guerra, Portugal acabaria por adquirir um pelotão de mísseis *Crotale*, tendo ficado à responsabilidade do Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea e Costa (CIAAC), sediado

¹⁵ Verificar Anexo F

em Cascais. Contudo, em 1976, é vendido à África do Sul, como modo de reaver as verbas despendidas na aquisição desse sistema (Matos, 2015).

Ao mesmo tempo, o Governo tentou uma aproximação aos EUA para a aquisição do sistema de mísseis coletivos *Hawk* ou o sistema míssil *Red Eyes*. O regime português socorreu-se do facto de ter facilitado o uso por parte americana da Base das Lages, e apesar das negociações se terem concluído com boas perspectivas acabariam por não se concretizar em nenhum resultado prático (Cunha, 1977).

Ou seja, com a entrada de Portugal, naquela que seria a sua mais longa guerra em África, perde-se o apoio dos seus tradicionais aliados, Inglaterra e EUA, obrigando o regime a seguir soluções com outros países, em piores condições. Neste período temporal, com o início da década de 60, conseguimos verificar, também, o desenvolvimento de países e potências de segundo plano, que começavam a seguir caminhos mais independentes, através de políticas mais autónomas, como por exemplo França e China.

Este novo cenário permite que Portugal, mesmo desprovido de apoio das tradicionais potências do Atlântico, procurasse apoio junto de outros países, como foi o caso da França e da República Federal Alemã (Telo, 1994). Simultaneamente, Portugal procurou estabelecer acordos financeiros e de assistência múltipla com alguns países africanos, como é o caso da antiga Rodésia e RAS, que permitiram a ligação pacífica entre Angola e Moçambique, e que disponibilizaram o empréstimo financeiro no processo de aquisição dos caças *Mirage*, que acabaria por não se concretizar (Monteiro, 2013).

Grande parte dos problemas em África residia na dificuldade de reabastecimento de material militar, muito por culpa do embargo norte americano decretado por Kennedy, em 1961. Para tentar suprimir esta adversidade, já com Marcello Caetano como líder do regime português, houve a tentativa de se aumentar a indústria militar portuguesa. Ao mesmo tempo, o regime recorria a empresas privadas tanto na Europa como nos EUA, chegando mesmo, em último caso, a recorrer a países comunistas, como aconteceu com a Checoslováquia, porém as dificuldades aumentavam (Antunes, 1992). A realidade era que o material usado em África estava obsoleto, e as empresas de armamento portuguesas, como era o caso da Fábrica Braço de Prata, não conseguiam dar vazão às necessidades das FFAA. O problema residia na capacidade de produção e aquisição de novos materiais que, por diversas vezes, se mostrou ser ineficaz, não preenchendo as exigências impostas por um conflito travado em três frentes.

Não houve, portanto, uma rutura com o que Salazar tinha definido para a Guerra Colonial em termos materiais, houve assim uma continuidade quer em termos de materiais,

quer em termos de quem os fornecia, com Marcello Caetano, por força das contingências políticas, a manter os principais parceiros do regime salazarista, França e Alemanha. Ao mesmo tempo, existiu a tentativa de se apostar em meios mais modernos, dando-se maior importância à defesa aérea com novas aeronaves e sistemas de mísseis, tendo em conta a nova tipologia de ameaça, havendo assim um pequeno rasgo de evolução na continuidade.

Aquelas que poderiam ter sido as principais aquisições da governação de Caetano, os caças *Mirage* e o sistema de mísseis *Crotale*, fracassaram porque chegaram tarde a um regime com cada vez mais problemas internos e a uma guerra cada vez mais longa e desgastante, apesar das promessas contrárias. Com a queda do regime, tudo fracassou, tendo as promessas não passado disso mesmo.

CONCLUSÕES

No desenrolar deste trabalho procurámos analisar a política de defesa de Marcello Caetano, durante o período em que foi Chefe do Governo, bem como de que forma é que as políticas por ele definidas estavam a ser aplicadas e que resultados se traduziam dessas mesmas políticas. Ao analisarmos o emprego da componente militar entre 1968 e 1974, bem como a forma como Portugal estabelecia relações comerciais para alimentar a guerra, estamos a dar profundidade ao estudo da política de defesa marcelista. Contudo, de forma a sustentar as conclusões, o objetivo do nosso estudo prendia-se também com a necessidade de se compreender se a política levada a cabo por Marcello Caetano representava uma rutura, uma evolução ou uma continuidade da política que estava a ser empregue em Portugal até 1968, pelo seu antecessor, Oliveira Salazar.

Respondendo agora à 1ª Questão Derivada, **“Como se caracterizaram as políticas de defesa de Salazar e Caetano?”**, com o governo de Salazar a assistir ao escalar da violência nas colónias, chegava a hora de se manifestar. Para Salazar, os objetivos do Governo passavam pela total manutenção da integridade territorial. Ao mesmo tempo, a nível internacional, Portugal também estaria condicionado por ser parte integrante da NATO e da ONU, que vinham continuamente a demonstrar desagrado perante as políticas colonialistas. Em termos de política de defesa, ao entrar na Guerra Colonial, Portugal viu-se obrigado a proceder a alterações da sua política. Até então, a preparação para a tipologia de combate clássica, que punha em confronto o Leste contra o Ocidente, foi alterada para uma preparação para a guerra de subversão. Ao mesmo tempo o investimento financeiro na Guerra Colonial, traduziu-se num desinvestimento nos compromissos com a NATO e no acordo de cooperação militar celebrado com Espanha, em 1939. Também a instituição militar e o equipamento usado pelo exército português foram alvo de reforma, de modo a ir ao encontro das novas necessidades que a guerra de subversão colocava.

Quanto aos efetivos, para que fosse possível garantir os recursos humanos necessários às Forças Armadas para o desenrolar da guerra, o número de homens mobilizados tinha consequentemente de aumentar, fazendo com que o recrutamento acompanhasse esse crescimento. Traduzindo-se em medidas concretas, como a extensão do serviço militar obrigatório, que passou a ser composto por seis meses de instrução, acompanhados de dois anos de mobilização; e em meados da década de 60, a africanização da guerra.

A nível económico, a guerra também fez alterar a política de Salazar, que passou a atribuir cada vez maior percentagem de fundos nacionais às despesas para com a defesa nacional.

Quando a 27 de setembro de 1968 Marcello Caetano assumiu o controlo do Governo português, tinha em mãos uma guerra que já durava há quase 8 anos e para a qual se exigia uma solução. Para tal, Caetano desenvolveu a sua ideia política, sob a ideologia de “evolução na continuidade”, em que se propôs a efetuar algumas alterações ao que tinha sido feito até então por Salazar. A sua linha de pensamento assentava em dois objetivos, as reformas económicas, sociais e educativas e o possível fim para a Guerra Colonial. A primeira fase da governação, que fora apelidada de marcelismo, ficou marcada por uma certa “liberalização” ou “abertura”, que agradou em geral à população portuguesa, que lhe deu o nome de Primavera Marcelista.

Com as eleições de 1969 a darem voz à maioria do eleitorado pela manutenção da defesa das colónias, Caetano endurece a sua política de defesa, ao expressar a preocupação em preservar e consolidar todos os territórios de Portugal, não dando espaço a qualquer tipo de conversações com movimentos de libertação. A esta linha de pensamento juntou-se o modelo de “autonomia progressiva”, que traduzia as intenções políticas, administrativas e económicas, que serviriam de base para a revisão constitucional de 1971. O modelo de autonomia progressiva definia direitos à população dos territórios coloniais, como o direito de eleger órgãos de Governo Autónomo, direito de posse do seu património e direito de escolha entre sistemas económicos adequados às necessidades das colónias. Contudo, a hipótese de independência das colónias nunca foi levantada, com o princípio de unidade e indivisibilidade territorial, existente na Constituição, a pôr de parte qualquer tentativa de independência. E um ano depois, ocorria também a revisão da Lei Orgânica do Ultramar, em que as alterações em pouco ou nada se traduziram.

Em 1973, as divisões políticas internas ao regime, a pressão internacional e a derrota militar iminente na Guiné começaram a ditar a queda de Caetano, que, apenas um ano mais tarde, tenta ensaiar conversações com líderes do PAIGC para um possível cessar-fogo na Guiné. Porém, mais uma vez, as indecisões e a pouca clareza dos atos de Caetano acabariam por condicionar as conversações que em nada se traduziram. Assim foi a governação de Caetano até ao 25 de abril de 1974, um Governo pautado por indecisões, pouca capacidade de afirmação dos seus ideais e uma constante bipolaridade entre aquilo que era o seu interesse e aquilo que acontecia realmente.

Para se obter resposta à 2ª Questão Derivada **“Como decorreu o emprego da componente militar entre 1968 e 1974?”**, temos de enquadrar Portugal no panorama internacional. Já com Marcello Caetano no regime, os EUA recebem um novo presidente, Richard Nixon, que vai alterar as relações que se vinham a desenrolar até então entre os dois Estados. A aproximação entre Portugal e os EUA implicou alterações no modo do emprego da componente militar, por parte de Portugal na Guerra Colonial. Grande parte da doutrina a que os comandantes militares portugueses recorriam para o cumprimento das missões, tinha sido anteriormente criada pelos norte americanos, como foi o caso dos aldeamentos fortificados, da africanização da guerra, da guerra química e da estratégia de busca e destruição. Todos estes conceitos tinham sido postos em prática anteriormente pelos norte americanos na Guerra do Vietname, e a utilização por parte de Portugal serviria como verificação da utilidade dos conceitos americanos, no seio da NATO.

No período que antecedeu o 25 de abril de 1974, a situação que se vivia em Angola não significava dificuldades ao regime português, avistando-se uma vitória militar nesse território. Na Guiné a situação era totalmente díspar da que se vivia nos outros dois TO's, a situação militar nunca esteve verdadeiramente controlada e, em 1973, o PAIGC conseguiu aumentar o seu potencial de combate, utilizando os mísseis terra-ar *Strela*, o que retirou toda a liberdade de ação à FAP. Em setembro de 1973, com a declaração de independência da Guiné, a influência portuguesa foi diminuindo cada vez mais, tanto que em 1974 as forças portuguesas estavam circunscritas à capital. Por último, mas não menos importante, a situação que as tropas portuguesas viviam em Moçambique podia ser situada entre a situação angolana e a situação da Guiné. Mesmo com os “acontecimentos da beira”, em que a população branca reclamou a falta de proteção por parte das forças portuguesas, a verdade é que do ponto de vista militar a situação em Moçambique podia-se considerar como estando controlada.

Passando agora a responder à 3ª Questão Derivada **“Quais foram as principais aquisições ao nível de equipamento militar entre 1968 e 1974?”**, o cerne da questão das aquisições de equipamento militar durante o período marcelista prendeu-se, em grande medida, com a renovação de parte do material em uso. Com a guerra a decorrer há mais de sete anos quando Caetano chegou ao poder, em 1968, a maior parte do material em uso já apresentava grande nível de desgaste, tendo o seu prazo de vida útil sido ultrapassado. Ao governo era pedido que arranjasse os mecanismos e os acordos comerciais possíveis, de modo a continuar a alimentar o esforço de guerra. Aqui podemos concluir que existiu uma

continuidade do que vinha a ser feito por Salazar, com os mesmos parceiros a serem utilizados, como era o caso de França e Alemanha maioritariamente.

Com o aumento do potencial de combate do PAIGC, que passou a estar equipado com mísseis terra-ar *Strela*, era necessário que o regime fosse capaz de se rearmar com equipamentos mais modernos e adequados. Existiu a hipótese de o regime de Caetano adquirir os caças *Mirage* a França, e o sistema de mísseis *Crotale* à África do Sul. Contudo, os caças nunca chegariam a vir e os mísseis só em maio de 1974 estiveram disponíveis, chegando totalmente fora de tempo.

Através das conclusões retiradas com as respostas às Questões Derivadas, é-nos possível responder à Questão Central **“Como se caracterizou a política militar na Guerra de África durante o período de Marcello Caetano (1968-1974)?”**, tendo sempre presente que, tal como foi explicado no início do trabalho, a investigação foi dirigida à política de defesa do regime. Marcello Caetano ao assumir o papel de Presidente do Conselho de Ministros, a 27 de setembro de 1968, procurou definir inicialmente qual seria a linha de ideais políticos que iria defender. Apresentou-se com um discurso moderado, aberto e dirigido à população, no qual defendeu a evolução na continuidade, deixando transparecer a ideia de que, embora sempre assente nos ideais do seu antecessor, iria levar a cabo algumas políticas de evolução. De tal forma que os seus primeiros tempos no Governo viriam a ser apelidados de Primavera Marcelista.

Através das eleições de 1969, procurou inteirar-se da vontade do povo português acerca da continuidade da defesa das colónias, vontade essa para a qual lhe faltou sentido de análise, tendo interpretado a vontade portuguesa, como a vontade do seu Governo que seria a da manutenção dos territórios coloniais. Com a política de “autonomia progressiva”, em que definia algumas alterações superficiais de governação das colónias, procurou acalmar a crítica internacional e a crítica dos povos nativos. Contudo, a nova política de Caetano em pouco ou nada se traduzia em efeitos concretos.

Em 1973, o regime começa a perder a guerra na Guiné, ao mesmo tempo que internamente o Governo se vinha a dividir, com a falta de capacidade de resposta por parte do seu Governante.

Logo, a título de resposta, podemos, em certos aspetos, caracterizar a política de defesa de Marcello Caetano como uma política de continuidade daquilo que Salazar vinha fazendo até então, sendo, contudo, possível identificar, em casos muito pontuais, certos efeitos evolutivos. Quando existiu a tentativa de Caetano modernizar os meios militares, dando maior preponderância à defesa aérea com os caças *Mirage* e os mísseis *Crotale*, o que

estava a ocorrer seria uma continuidade dos objetivos da política de defesa, mas tendo em mente uma evolução nos meios para fazer face a uma nova tipologia de ameaça. Porém, todas as alterações que Caetano procurou fazer, ou por serem fortemente condicionadas internamente, ou por falta de vontade do próprio, nunca se traduziram em nada, tendo muitas vezes as alterações estado apenas na nomenclatura. A sua ambiguidade política acabaria por no final o atraiçoar e deixá-lo isolado no Governo, vivendo os últimos dias do regime com a clara perceção de que o fim estaria para breve.

As dificuldades sentidas durante a realização do trabalho de investigação residem no panorama mundial que nos toca a todos. Durante mais de metade do tempo disponível para a realização do trabalho, Portugal viu-se afetado por uma pandemia que colocou todo o território nacional em Estado de Emergência, encerrando todas as bibliotecas, arquivos e condicionando as saídas do domicílio apenas para aquilo que seria estritamente necessário. Assim, parte da investigação nos arquivos e em bibliotecas não foi possível de ser realizada, podendo de alguma forma condicionar as conclusões obtidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivos

Arquivo Histórico Militar, Lisboa

Arquivo Marcello Caetano no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa

Arquivo do Ministério da Defesa, Lisboa

Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères, France, Projeto de Investigação do CINAMIL, sobre a Política Militar Portuguesa

Livros

Afonso, A. & Gomes, C. M. (2005). *Guerra Colonial*. (4ª ed.). Lisboa: Editorial Notícias.

Amaral, D. F. (1996). *O Antigo Regime e a Revolução, Memórias Políticas (1941-1975)*. (6ª ed.). Venda Nova: Bertrand/Nomen.

Antunes, J. F. (1992). *Nixon e Caetano, Promessas e Abandono*. Lisboa: Difusão Cultural.

Antunes, J. F. (1996). *A Guerra de África 1961-1974 Vol. I*. Lisboa: Temas e Debates.

Bernardo, M. (1994). *Marcello e Spínola: A Ruptura*. Lisboa: Edições Margem.

Borges, J. V. (2018). *Teoria Geral da Estratégia*. Lisboa: (s/n).

Brailard, P. (1990). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Caetano, M. (1974). *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record.

Castilho, J. M. (2000). *A Ideia de Europa no Marcelismo (1968-1974)*. Lisboa: Coleção Parlamento.

Castilho, J. M. (2012). *Marcello Caetano: Uma Biografia Política*. Coimbra: Edições Almedina.

Cervelló, J. S. (1993). *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição Espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia*. Pedrouços: IAEM.

- Cruz, M. & Ramos, R. (2012). *Marcelo Caetano – Tempos de Transição*. (1ª ed.) Lisboa: Porto Editora.
- Cunha, S. (1977). *O Ultramar, a Nação e o “25 de Abril”*. Coimbra: Atlântida Editora.
- Dias, C. M. M. (2012). *Estratégia – Evolução do Conceito, Vol. XXI*. Lisboa: (s/n).
- Exército, E.-M. d. (1988). *Resenha Histórico-Militar Das Campanhas de África Vol. 1 Enquadramento Geral*. Lisboa.
- Exército, E.-M. d. (1989a). *Resenha Histórico-Militar Das Campanhas de África Vol. 6 Aspectos da Actividade Operacional em Angola*. Lisboa.
- Exército, E.-M. d. (1989b). *Resenha Histórico-Militar Das Campanhas de África Vol. 6 Aspectos da Actividade Operacional na Guiné*. Lisboa.
- Exército, E.-M. d. (1989c). *Resenha Histórico-Militar Das Campanhas de África Vol. 6 Aspectos da Actividade Operacional em Moçambique*. Lisboa.
- Lara, A. S. (2005). *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*. (9ª ed.). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.
- Marques, H. O. (2006). *Breve Resumo da História*. Lisboa: Editorial Presença.
- Martins, F. (1934). *Portugal na Grande Guerra, Vol. I*. Lisboa: Editorial Ática.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN] (2008). Decreto-lei nº 37/2008 de 5 de março: Aplicação ao ensino superior público militar. *Diário da República*, 1ª série, nº 46, 1382.
- Neves, P., Couto, C. & Pinto, A. (1987). *Novos Temas de História*. Lisboa: Porto Editora.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2017). *Manual de investigação em ciências sociais*. (7ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, L. N. (2008). *Marechal Costa Gomes No centro da Tempestade*. (1ª ed.). Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Sá, T. M. (2011). *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Lisboa: Dom Quixote.
- Saraiva, J. H. (2004). *História de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Teixeira, N. S. (2004). *Nova História Militar de Portugal Volume 4*. Mem Martins: Círculo de Leitores.

Velez, R. B. (2017). *Caetano, Spínola e Mobuto As Relações Bilaterais entre Portugal e o Zaire (1968-1974)*. (1ª ed.). Porto: Fronteira do Caos Editores.

Villas-Boas, J. (2003). *Caderno de Memórias*. Lisboa: Temas e Debates.

Xavier, L. (2010). *Rui Patrício, A vida conta-se inteira*. (s/l): Temas e Debates e Círculo dos Leitores.

Artigos

Araújo, A. & Silva, A. D. (2009). O uso de *NAPALM* na Guerra Colonial – quatro documentos. *Relações Internacionais*. Nº 22.

Cervelló, J. S. (2018). Marcello Caetano. Uma Biografia (1906-1980). *Análise Social*. Nº 226, 217-224.

Cruz, M. B. (1982). O Integralismo Lusitano nas Origens do Salazarismo. *Análise Social*. Nº 70, 137-182.

Marcos, D. (2010). Portugal e a evolução do sistema defensivo europeu. A Cimeira de Lisboa de 1952. *Relações Internacionais*. Nº 27, 65-80.

Martins, F. (2014a). A guerra colonial na grande estratégia de Salazar. In *Observador*. Acedido a 10 de março de 2020 em <https://observador.pt/especiais/guerra-colonial-na-grande-estrategia-de-salazar/>.

Martins, F. (2014b). Como Salazar preparou a guerra colonial. In *Observador*. Acedido a 10 de março de 2020 em <https://observador.pt/especiais/como-salazar-preparou-guerra-colonial/>.

Matos, J. (2012). A História Secreta dos Mirage Portugueses. *Mais Alto*.

Matos, J. (2015). A Ameaça dos MiG na Guerra da Guiné. *Revista Militar*. 2559. Acedido a 18 de março de 2020 em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1017>.

Monteiro, P. S. (2013). A Logística de Portugal na Guerra Subversiva de África (1961-1974). *Revista Militar*. 2539/2540. Acedido a 20 de março de 2020 em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/844>.

Sousa, P. M. (2016). Portugal na I Guerra Mundial Teatro de Operações Europeu (1914-1918). *Revista Militar*. 68º (5), 429-466.

Telo, A. J. (1994). As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal. *Revista de História das Ideias*. Nº 16, 347-369.

Telo, A. J. (1995). Portugal e a NATO: dos Pirenéus a Angola. *Análise Social*. Nº 134, 947-973.

Valério, N. & Fontoura, M. P. (1994). A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial – uma tentativa de síntese. *Análise Social*. Nº129, 1193-1208.

ANEXOS

ANEXO A – CAPA DE JORNAL COM A ESCOLHA DE MARCELLO CAETANO

AN 194.º — N.º 35.841 — Preço 1500

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNALS PORTUGUESES

Seta-feira, 27 de Setembro de 1968

MEMÓRIA = SUCESSO
O Curso Prático do Centro de Estudos de Paris, agora editado em Português, é um ÓPTIMO INSTRUMENTO DE PERFECCIONAMENTO INTELLECTUAL. Livro a L.A.C. LIMA — Ap.º 2844 — Lx.º 2.

Diario de Noticias

PROFUNDIDADE DA ENQUÊSTA NACIONAL DE PESQUISA DO ESTADO DE OPINIÃO REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E CIRCULAÇÃO AVENIDA DA LIBERDADE, 266 — LISBOA-2

DIRECTOR — AUGUSTO DE CASTRO

SENA: ALBERTO RAMOS DOS REIS DOS TEMAS NOTICIAS EDITOR: ARTHUR P. C. A. — 8 DISTR. 68764 e 68762

CARABINAS «B5A»
MAR MERLIN — METEOR
ESPIRITISTAS
COM O MELHOR TELESCÓPIO
QUALIDADE POR 12

ANTERO LOPES, LTD.ª
11, Rua Paris de St. Antão, 11 — LISBOA
TEL. 181 87000 — R. João de Deus, 14

“Palavras breves, mas necessárias, num momento particularmente grave e difícil”

O CHEFE DO ESTADO FALOU À NAÇÃO

NOMEADO O PROF. MARCELLO CAETANO

PARA SUBSTITUIR O PROF. OLIVEIRA SALAZAR

A QUEM SÃO MANTIDAS TODAS AS HONRAS INERENTES AO CARGO DE PRESIDENTE DO CONSELHO

PALAVRAS DO PRESIDENTE SOBRE O PROF. SALAZAR

«PORTUGUES INCONFUNDIVEL NO PENSAMENTO E NA ACCÇÃO E BENEMÉRITO DA PÁTRIA, POR ELE SERVIDA GENUINAMENTE, COM TOTAL E PERMANENTE DEDICAÇÃO DURANTE MAIS DE QUARENTA ANOS E QUE, PARA MELHOR A SERVIR, DE TUDO ABDICOU, NUMA RENUNCIA COMPLETA E ÚNICA EM TODA A NOSSA HISTÓRIA DE MAIS DE OITO SÉCULOS.»

Foto de Nogueira, tomada no dia 27 de Setembro de 1968, no Palácio da República, em Lisboa. O Prof. Marcello Caetano, à esquerda, e o Prof. Oliveira Salazar, à direita, estão sentados à mesa de uma reunião do Conselho de Estado. O Prof. Salazar está a falar e o Prof. Caetano está a ouvir.

«Portugueses punteram ao Mundo uma maturidade e um civismo solidariamente notáveis... Os superiores interesses do País têm de prevalecer sobre quaisquer sentimentos, por mais ou mais legítimos que pareçam»

A DOENÇA DO PROF. SALAZAR

O PROGNÓSTICO CONTINUA RESERVADO

O PROF. MARCELLO CAETANO ESTEVE NO HOSPITAL DA CRUZ VERMELHA

(NA 7.ª PAGINA)

PROF. MARCELLO CAETANO: O NOVO CHEFE DO GOVERNO TOMA HOJE POSSE DO CARGO E PROFERE (AS 17 HORAS) UM IMPORTANTE DISCURSO COM AS LINHAS DOMINANTES DO SEU PROGRAMA POLÍTICO

O NOVO GOVERNO

PRESIDENTE DO CONSELHO — Prof. Dr. Marcello José das Neves Alves Caetano
VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO — Prof. Dr. Augusto de Castro
SECRETÁRIO DO CONSELHO — Prof. Dr. António Manuel Gonçalves Rodrigues

MINISTROS
DEFESA NACIONAL — General Henrique José de Sá Viana Ruben
INTERIOR — Dr. António Manuel Gonçalves Rodrigues
JUSTIÇA — Prof. Manoel António Brito de Almeida Costa
FINANÇAS — Dr. João António Silva Brito
AGRICULTURA — Dr. António Manuel Gonçalves Rodrigues
MADRIDIA — Comendador Manuel Pinheiro Gomes
RELAÇÕES EXTRANJEIRAS — Dr. António Manuel Gonçalves Rodrigues
OBRAS PÚBLICAS — Eng. Rui Alves de Silva Soares
ULTRAMAR — Prof. Joaquim Manuel de Sá Costa
EDUCAÇÃO — Dr. José Bernardino Espírito Santo
ECONOMIA — Dr. José Carlos de Castro Sottomayor Gomes de Oliveira

COMUNICAÇÕES — Eng.ª Ana Estêvão Alexandre Coutinho de Sousa
COPONLAGE — Presidência Social — Prof. José João Salazar
SAÚDE E ASSISTÊNCIA — Dr. Leopoldo de Carvalho Gomes de Sousa

SECRETÁRIOS DE ESTADO
AERONÁUTICA — Engenheiro Fernando Alberto de Oliveira
SUSCRIPTORES DE ESTADO — Dr. Duarte Henriques Moreira
FUNDOS — Dr. João Luís de Góes Aguiar
BREVETAMENTO — Dr. Augusto Vitor Castro
EXERCÍCIO — Dr. António Manuel Gonçalves Rodrigues
OBRAS PÚBLICAS — Dr. António Manuel de Sá Costa
ADMINISTRAÇÃO ULTRAMARINA — Dr. José Carlos de Castro
FOMENTO ULTRAMARINO — Dr. Rui Manuel de Medeiros
ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR — Dr. Joaquim Manuel de Almeida
ADJUNTO DE DESPACHOS — Dr. Francisco Estêvão Martins de Gusmão
(Ver continuação na 8.ª e 9.ª páginas)

Figura nº 1 - Capa de Jornal a anunciar a escolha de Marcello Caetano, 27 de setembro de 1968

Fonte: Arquivo do Diário de Notícias

ANEXO B – REACÇÃO DA IMPRENSA INTERNACIONAL AO NOVO GOVERNO DE MARCELLO CAETANO

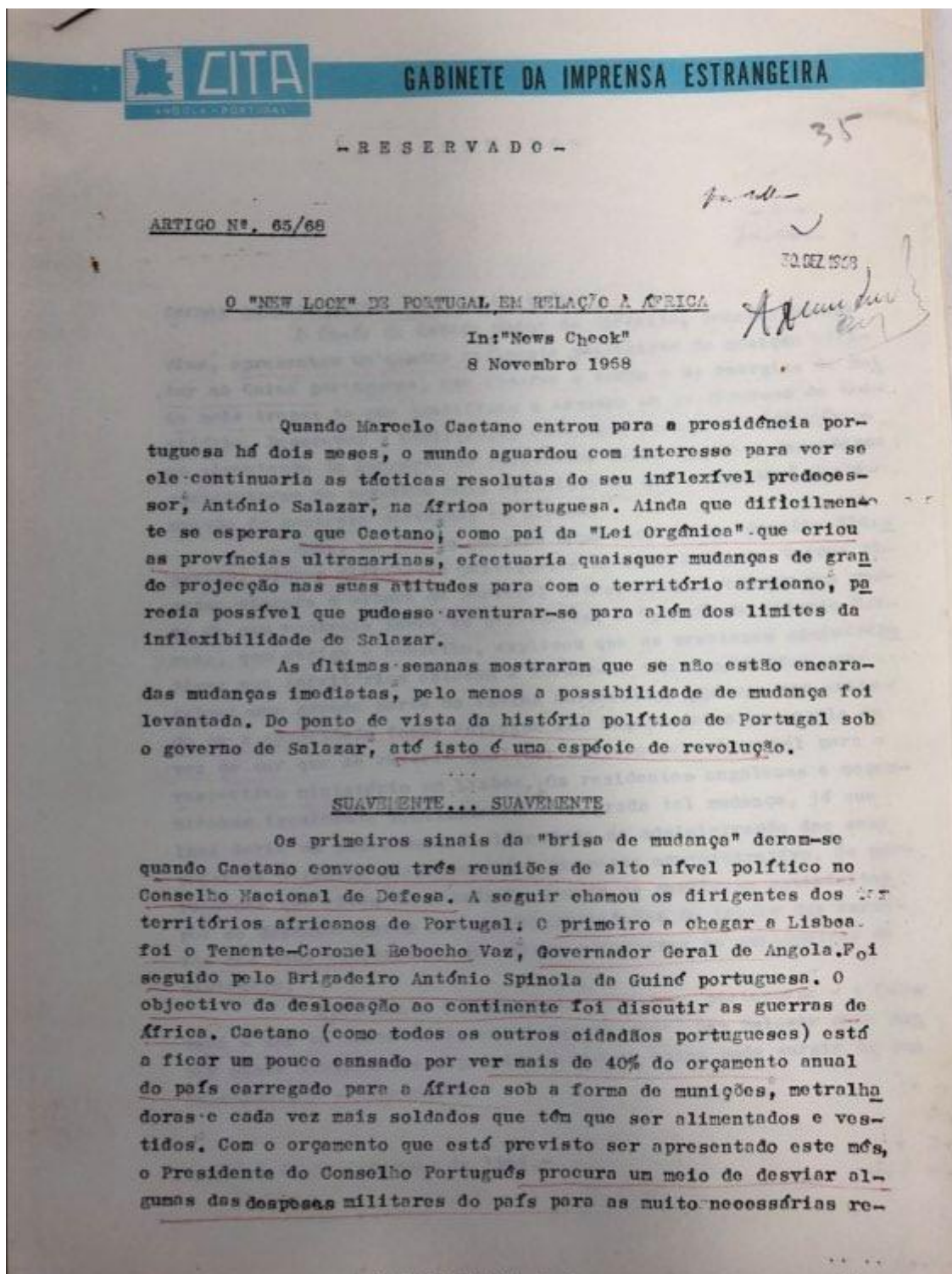


Figura nº 2 - Análise do "News Check", 8 de novembro de 1968

Fonte: Arquivo do Ministério da Defesa

- Noticiário internacional.

O Presidente do Conselho Português, dr. Marcelo Caetano, no seu primeiro discurso na Assembleia Nacional, depois de ter tomado posse em Setembro, disse que o seu Governo está a tentar permitir maior liberdade de expressão e maior participação na vida pública. Estavam a ser estudadas novas medidas políticas, que não especificou, mas as autoridades actuariam cautelosamente. O dr. Marcelo Caetano reafirmou a intenção de Portugal de defender os seus territórios africanos.

- Revista dos artigos de fundo da imprensa matutina britânica.

Com o título "Liberalismo prudente em Portugal", o Financial Times declara que os últimos dois meses tem assistido quase a tanta mudança ou pelo menos a indícios de que são possíveis mudanças, com o novo Presidente do Conselho de Portugal do que durante os anteriores 40 anos do Dr. Salazar. O Dr. Marcelo Caetano abrandou o rigor da censura, permitiu que o chefe da Oposição, dr. Mário Soares, regressasse do exílio e recebeu petições do grupo da Oposição pedindo reformas. No setor do Trabalho, introduziu um salário mínimo, assim como eleições livres nos Sindicatos. O Financial Times, diz que estas e outras medidas representam a transformação do Governo de Portugal. Os liberais gostariam que Marcelo Caetano fizesse mais, mas este não pode ir contra as opiniões das direitas e do exército. Tem de evitar a todo o custo o destino de Kubitchek.

O Financial Times acrescenta que o preço do abrandamento interno é sem dúvida a manutenção da política de Salazar nas colónias africanas. Este jornal salienta, que mais de 40% do orçamento se destina presentemente à Defesa e diz que o povo português, quando se acostumar a mais liberdade política, pode começar a fazer pressões também por maior prosperidade económica.

- Noticiário internacional

O Presidente Kaunda da Zâmbia enviou tropas e polícia para a fronteira noroeste da Angola, depois de 14 aldeias terem sido incendiadas. O presidente Kaunda disse que os ataques de que foi vítima uma mulher, foram desencadeados por membros da Oposição do Congresso Nacional Africano, treinados em Portugal. O ataque ocorreu na 2ª. feira à noite, nas vésperas da nomeação do dia da eleição parlamentar da Zâmbia e tinham sido vistos na fronteira tropas portuguesas. Estas tropas, disse Kaunda estavam ali para apoiar o ataque à Zâmbia. O dirigente do Congresso, negou que o seu partido estivesse implicada nos ataques.

- Comentários do dia :

O comentário da BBC começa por analisar a presente situação no nosso país. Apesar da cautela demonstrada pelas declarações sobre a política futura, julga-se em Londres, que o dr. Marcelo Caetano se comprometeu a levar a cabo uma política de liberalismo prudente. Ainda é muito cedo para se dizer que o seu ponto de vista pode ser justificado, mas já se fez o bastante para, pelo menos, se dissipar um pouco a atmosfera de ferro com que o dr. Salazar, o severo reacionário político líder de Portugal manteve o país desde 1932. É como, para usarmos as palavras de alguém, se tivéssemos visto um ----- mexer dentro da sua caixa de vidro. O dr. Marcelo Caetano permitiu o regresso do exílio do Dr. Mário Soares e restaurou uma certa liberdade política à imprensa. Fala-se nalguns círculos, na possibilidade do Governo de permitir as actividades dos partidos oposicionistas. Talvez a mais importante medida prática que foi tomada até agora, tenha sido o estabelecimento do salário mínimo, juntamente com uma previsão para os Sindicatos serem autorizados a realizarem eleições livres. No entanto, os críticos aguardam até receberem, digo, até saberem se o Dr. Marcelo Caetano está disposto a vencer a Oposição das 80 famílias, aproximadamente, que possuem a maior parte das terras em Portugal e forçá-las a pagar salários mínimos. A sua atitude no que diz respeito à reforma agrária é também considerada de importância crucial. Até agora, as melhoras que o dr. Marcelo Caetano incutiu no regime do Dr. Salazar só se podem classificar de transformações mais no ambiente, do que propriamente em factos políticos.

continua-----

Figura nº 3 - Comentário da BBC, 28 de novembro de 1968

Fonte: Arquivo do Ministério da Defesa

- Notícias

- Em Portugal, onde os movimentos políticos da oposição foram proibidos há mais de 40 anos, dirigentes ~~oposicionistas~~ oposicionistas do antigo regime de Salazar pediram ao novo Presidente do Conselho, Dr. Marcelo Caetano, que apresse a introdução de métodos de liberalização.

Um memorandum dirigido ao Presidente do Conselho exige que se ponha termo ao sistema de partido único, à suspensão da censura à imprensa e uma vasta amnistia permitindo o regresso de exilados.

O memorandum dizia que Portugal se encontrava isolado na cena internacional, que a economia está..... que as instituições oficiais eram corruptas.

O texto do memorandum acrescentava que as eleições gerais do ano que vem devia..... o momento para outras organizações políticas submeterem as suas propostas ao veredicto da opinião pública.

O memorandum foi assinado por mais de 200 indivíduos, incluindo o dirigente socialista, Dr. Mário Soares, que regressou do exílio no mês passado por decisão de Dr. Marcelo Caetano.

A censura proibiu a publicação do memorandum nos vespertinos portugueses.

Mais de 200 oponentes do antigo regime de Salazar enviaram ontem uma petição ao Dr. Marcelo Caetano em que lhe pedem para acelerar o programa de liberalização em Portugal.

O nosso colaborador Stanley May (?), que esteve em Portugal no mês passado, analisa, seguidamente a actual situação no país:

"Esta petição parece ser uma tentativa para colocar definitivamente Portugal num novo caminho.

Quando o Dr. Marcelo Caetano foi nomeado Primeiro Ministro no fim de Setembro último, havia esperanças nalguns círculos políticos de uma liberalização imediata e de uma mudança de direcção política.

O Dr. Caetano foi extremamente prudente no seu primeiro discurso público, mas falou na necessidade de estabelecer um meio de comunicação entre o Governo e a população portuguesa.

Desde então, têm-se verificado várias modificações como, por exemplo, um alargamento da censura à imprensa, o afastamento de cargos importantes de alguns elementos ultradireitistas e o regresso a Lisboa do proeminente socialista Dr. Mário Soares, do exílio na ilha de S. Tomé.

Mas alternando com estas medidas liberais tem havido a repetição de medidas rígidas.

Quando esteve em Portugal no mês passado, continua Stanley May, fiquei com a impressão de que as questões públicas estavam de certo modo, inibidas, pelo facto de Salazar se encontrar entre a vida e a morte. Era como se Marcelo Caetano estivesse ainda preso pela mão do seu antecessor.

Porém, o caso é que Salazar já ~~recuperou~~ recuperou o suficiente para poder falar com os seus amigos, mas como já não é uma personalidade política, os críticos do regime querem que o Dr. Marcelo Caetano adapte uma política própria e mais decidida.

Por outro lado, esses críticos mostram-se também preocupados com algumas das coisas que Marcelo Caetano disse no seu último discurso na Assembleia Nacional. A declaração agora emitida pelo grupo de mais de 200 social-democratas, na qual está incluído o Dr. Mário Soares, refer-se à promessa feita pelo Primeiro Ministro de criar um clima político livre de ódios e de permitir a coexistência de opiniões diferentes.

Porém, por isso, o Dr. Caetano, de utilizar uma linguagem de guerra fria no seu último discurso, a qual poderá fazer surgir o pior tipo de histeria anti-comunista da década de 1950.

Este grupo da oposição afirma estar desiludido com o programa delineado pelo primeiro Ministro e pede, portanto, a abolição da censura à imprensa, a libertação de todos os presos políticos, o regresso de exilados ao país e uma nova e honesta lei eleitoral que permita à oposição tomar parte nas eleições da Assembleia Nacional em Novembro do ano que vem.

Os social-democratas dizem que se estas medidas forem levadas a cabo mostrarão tolerância em relação à política governamental.

Isto implica, evidentemente, que a oposição está pronta para compreender as dificuldades enfrentadas pelo Dr. Marcelo Caetano.

Porém, os signatários avisam que.....o regresso da política de repressão haverá uma incontestável explosão de descontentamento.

A petição foi enviada directamente ao Dr. Marcelo Caetano acompanhada do pedido para que fosse publicada. Mas, é claro, que a censura, não a deixou passar.

O Dr. Marcelo Caetano está, evidentemente, sob pressão tanto das esquerdas como das direitas.

Na ala esquerda encontram-se os comunistas que têm pouca ou nenhuma liberdade de acção em Portugal, os socialistas democratas e um crescente número de estudantes que protestam contra a injustiça.

A oposição da ala direita parte, ou do próprio governo, ou do exército e do

Figura nº 4 - Continuação do comentário da BBC

Fonte: Arquivo do Ministério da Defesa

Se os liberais dentro e fora do País estão desiludidos, é simplesmente porque Marcelo Caetano já fez mais alguma coisa para introduzir um novo estilo na política portuguesa, do que era de esperar quando ele subiu ao poder, há 2 meses. Não seria a atitude realista supor que Marcelo Caetano estará já suficientemente seguro na sua nova posição, para poder acabar com todas as políticas do passado, mesmo-----.

O preço para o afrouxamento político interno é a manutenção das políticas coloniais de Salazar, com tudo o que isso implica de sacrifício para a economia de Portugal e para os seus recursos.

Está longe de ser certo que Marcelo Caetano desejaria transformar a política ultramarina mesmo que tivesse pulso livre para tal. Ele poderá projectar dar às colónias portuguesas mais autonomia local, mas também pode acreditar que os recursos minerais descobertos em África, não tardem a compensar financeiramente o preço das guerras no Continente Africano. É difícil dizer se um argumento económico desta natureza, se pode sustentar durante muito tempo. Mais de 40% do orçamento anual é agora dedicado à Defesa e este ano, este capítulo foi reforçado a expensas de uma melhoria de nível de vida interno.

O povo português há muito que está habituado à pobreza, mas se se acostuma a maior liberdade política, poderá também começar a exigir maior prosperidade económica.

E a concluir : O discurso de ontem, foi um aviso de que excessiva agitação para maiores reformas liberais, poderá provocar uma reacção por parte da poderosa extrema direita em Portugal. Para consolidar e prolongar o que já fez, o Ppca. Dr. Marcelo Caetano tem que agitar, a todo o custo o destino de Alexandre Dubcek

Figura nº 5 - Comentário da BBC com análise da reacção da Ala Liberal Portuguesa

Fonte: Arquivo do Ministério da Defesa

ANEXO C – ESCUTAS REALIZADAS À RÁDIO PORTUGAL LIVRE

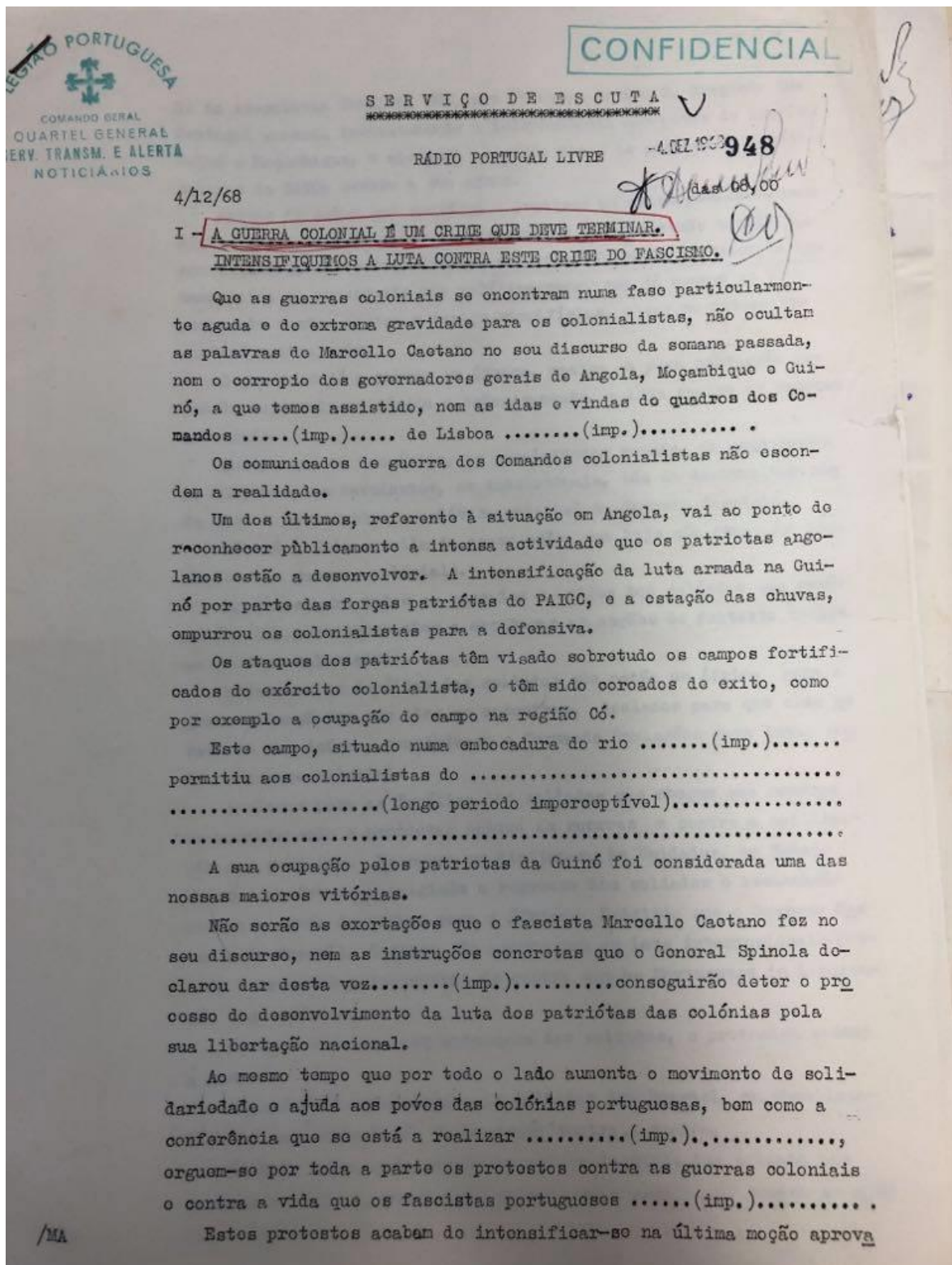


Figura nº 6 - Escutas realizadas à Rádio Portugal Livre, 4 de dezembro de 1968

Fonte: Arquivo do Ministério da Defesa

ANEXO D - SITUAÇÃO MILITAR NAS COLÓNIAS

- R E S E R V A D O -

- 2 -

Paulo

formas educacionais e sociais no país.

O Chefe do Estado Maior do Exército, General Câmara Pina, apresentou um quadro realmente pessimista da posição militar na Guiné portuguesa, que absorve o tempo e as energias de muito mais tropas do que justificam o tamanho ou os recursos do território. Descrevem a infiltração comunista como sendo "microbrios na circulação do sangue". Os relatórios sobre Angola e Moçambique apresentaram um panorama mais optimista no que respeita à continuação do controle português em África.

Mas, na semana passada numa reunião do Conselho Ultramarino, alguns dirigentes portugueses demonstraram que talvez tivesse chegado a altura de Portugal metropolitano retirar uma parte do seu controle sobre as províncias. O Comandante Peixoto Correia, que dirige o conselho, explicou que os problemas administrativos nos territórios estavam a tornar-se tão complicados, que talvez uma grande parte da rotina burocrática pudesse ser evitada se a autoridade fosse entregue aos funcionários em Angola em vez de ter que se referir qualquer decisão departamental para o respectivo ministério em Lisboa. Os residentes angolanos e moçambicanos igualmente receberiam de bom grado tal mudança, já que lhes daria um pouco mais de liberdade na administração dos seus próprios negócios e apressaria o processo administrativo. Os portugueses que vivem na metrópole também se sentiriam satisfeitos por se desembaraçarem das responsabilidades de tratar dos assuntos dos seus concidadãos que vivem a milhares de quilómetros de distância.

Obviamente a hierarquia política portuguesa - e Caetano - não se sente feliz com o "statu quo". Sem Salazar para manter esses sentimentos reprimidos, alguma coisa pode surgir da sua insatisfação - finalmente.

Luanda, 20 de Dezembro de 1968.-

Figura nº 7 - Situação Militar nas Colónias a 20 de dezembro de 1968

Fonte: Arquivo do Ministério da Defesa

ANEXO E – ANÁLISE DO DISCURSO DE MARCELLO CAETANO

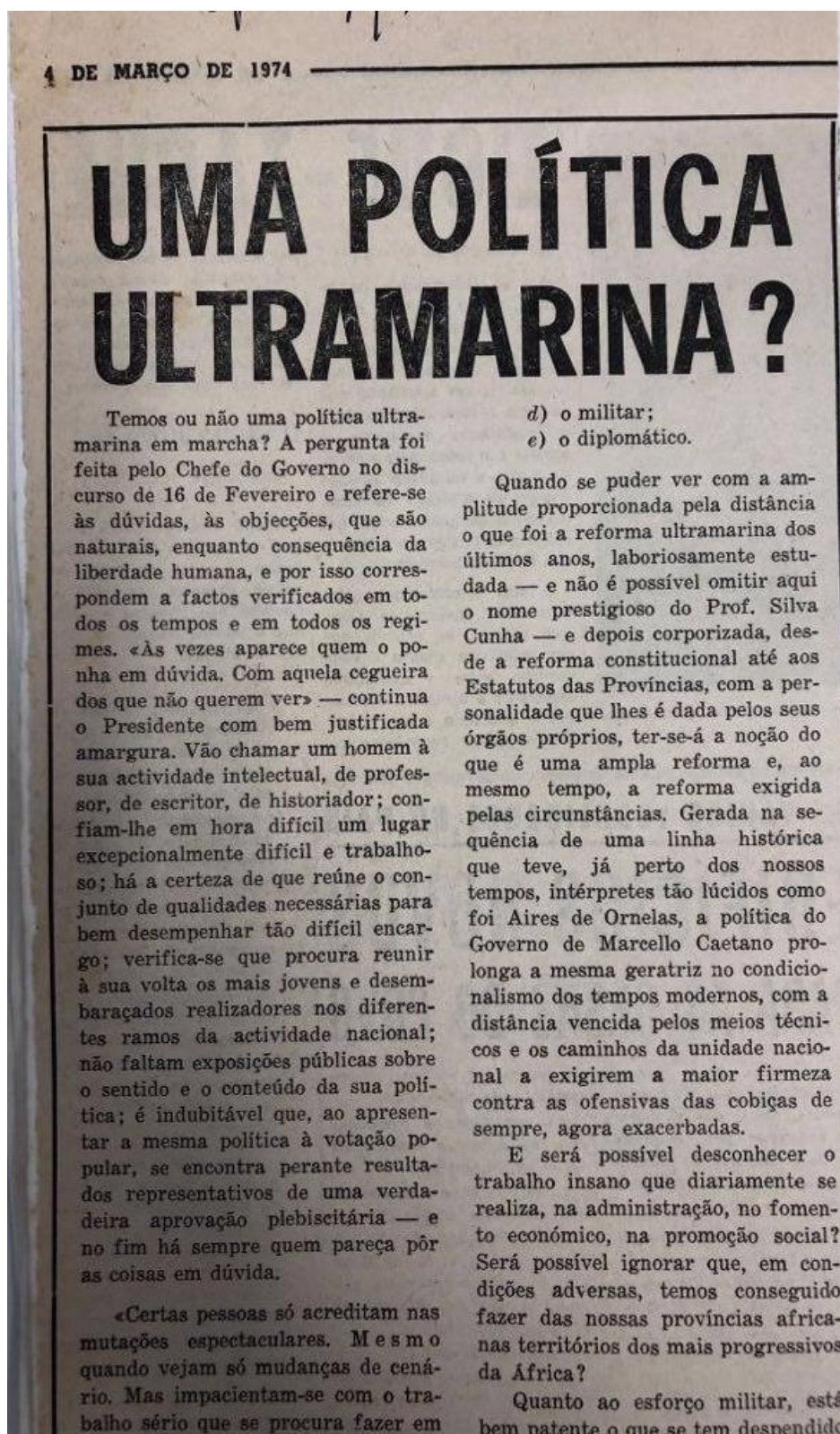


Figura nº 8 - Análise do Discurso de Marcello Caetano, 4 de março de 1974

Fonte: Arquivo do Ministério da Defesa

ANEXO F – COMPRA DOS CAÇA MIRAGE

ATTRIBUTIONS ②

MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES

TÉLÉGRAMME À L'ARRIVÉE

2. DE DE DE
3. (EU) EU EU EU
DAM DAM DAM DAM DAM DAM
SAM SAM SAM CM7.

Diffusion Réservee

LISBONNE, LE 1ER MARS 1973
RECU, LE --- - 12^H45.

SECRET - RESERVE

NO 158 - 159

OBJET : ARMEMENTS.-

LE MINISTRE DE LA DEFENSE NATIONALE S'ETAIT OUVERT AU MOIS DE DECEMBRE 1971 AUPRES DE M. DEBRE DU SOUCI DU GOUVERNEMENT PORTUGAIS D'ACCROITRE LA CAPACITE DE L'INDUSTRIE NATIONALE DE COUVRIR LES BESOINS DU PAYS EN MATERIEL MILITAIRE, CE QUI IMPLIQUE DANS DE NOMBREUX CAS L'ACQUISITION DE LICENCES. IL M'A DECLARE AUJOURD'HUI QUE DES ETUDES MENEES SUR LE PLAN INTERMINISTERIEL LE METTRAIENT DANS QUELQUES SEMAINES EN MESURE DE NOUS SAISIR A CET EGARD D'UNE SERIE DE PROPOSITIONS PRECISES.

AU COURS DE LA MEME CONVERSATION, LE GENERAL SA VIANA REBELO EST REVENU SUR LE DESIR DU PORTUGAL DE PROCEDER A L'ACHAT DE "MIRAGES"; CETTE INTENTION DEMEURAIT, LA DECISION FINALE DEPENDAIT DES DISCUSSIONS EN COURS AVEC LE MINISTRE DES FINANCES., LES CHARGES MILITAIRES ETAIENT LOURDES MAIS L'ACQUISITION DE CHASSEURS A REACTION FIGURAIT EN BONNE PLACE SUR LA LISTE DES PRIORITES.

J'AI OBSERVE QUE NOTRE DECISION SERAIT SUBORDONNEE A UN ACCORD SUR LE STATIONNEMENT DES APPAREILS ET RAPPELE A MON INTERLOCUTEUR CE QU'IL SAVAIT DE CERTAINS EMPÊCHEMENTS. COMME, POUR REpondre A UNE REMARQUE DE SA PART, JE NOTAIS QUE CEUX-CI S'ETENDAIENT, A MA CONNAISSANCE, AUX ILES DU CAP VERT, LE MINISTRE A LAISSE ENTENDRE QUE CELA NE FERAIT PAS OBSTACLE AU PROJET./.

TINÉ

Figura n° 9 - Telegrama enviado para o Governo português em março de 1973

Fonte: Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères, Documentação recolhida pelo Projeto de Investigação do CINAMIL, sobre a Política Militar Portuguesa – Prof. António Telo e TCor Pedro Marquês de Sousa

MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES
 TÉLÉGRAMME À L'ARRIVÉE

DÉCHIFFREMENT

D. Glende

28 - 7 - 74

M. Patrício

avec vous en ce ty ?

Non. Noni de un le quel em. h

DIFFUSION ↗

 PR
 PM
 CM(2)
 SG1 DP1 DAM CM7 DE CM6 EU

LISBONNE, LE 24 AVRIL 1974
 RECU, LE -----19H31

I M M E D I A T - NO 122 - 126

DIFFUSION STRICTEMENT RESERVEE .

POUR LE CABINET DU MINISTRE. *Diffusion Strictement Réservee -*

OBJET : VENTE DE "MIRAGES" AU PORTUGAL.

JE ME REFERE A VOTRE TELEGRAMME NO 65-70.

M. PATRICIO, AVEC QUI JE VIENS DE M'ENTREtenir DU PROBLEME DU STATIONNEMENT DES "MIRAGES", ETAIT AU COURANT DE LA CONVERSATION ENTRE L'INGENIEUR GENERAL DE L'ESTOILE ET LE MINISTRE DE LA DEFENSE.

SUR L'ESSENTIEL, LA POSITION DU MINISTRE DES AFFAIRES ETRANGERES N'EST PAS DIFFERENTE DE SON COLLEQUE. M. PATRICIO FAIT VALOIR:

- QUE L'ACHAT DE "MIRAGES" REPRESENTAIT POUR SON PAYS UN INVESTISSEMENT CONSIDERABLE. IL CONVENAIT DONC QUE LE BUT POURSUIVI PUISSE ETRE ATTEINT, A SAVOIR : EXERCER UN EFFET DE DISSUASION SUR L'ADVERSAIRE OU, EN CAS D'ESCALADE DANS LES OPERATIONS, AVOIR LA

...../.....

Figura nº 10 - Telegrama para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício

Fonte: Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères, Documentação recolhida pelo Projeto de Investigação do CINAMIL, sobre a Política Militar Portuguesa – Prof. António Telo e TCor Pedro Marquês de Sousa

POSSIBILITE DE REPENDRE A UNE EVENTUELLE ATTAQUE DE MIGS BASES EN GUINEE-CONAKRY. IL ETAIT DONC ESSENTIEL POUR LE PORTUGAL QUE LES AVIONS QU'IL SE PROPOSE D'ACQUERIR PUISSENT STATIONNER SINON EN GUINEE BISSAO, DU MOINS DANS LES ILES DU CAP VERT.

- EN ACCEPTANT LES RESTRICTIONS DE STATIONNEMENT QUE NOUS LUI DEMANDIONS, LE GOUVERNEMENT PORTUGAIS DONNERAIT L'IMPRESION DE RENONCER A LA DEFENSE DE LA GUINEE BISSAO. CELA NE LUI ETAIT PAS POSSIBLE VIS-A-VIS DE SON OPINION ET SURTOUT DE L'ETAT-MAJOR.

- SUR LE PLAN DES PRINCIPES, ENFIN, DES RESTRICTIONS A L'EMPLOI D'APPAREILS ACQUIS PAR LE GOUVERNEMENT PORTUGAIS ETAIT DIFFICILEMENT ACCEPTABLE. LE MINISTRE A MENTIONNE CE POINT SANS INSISTER.

J'AI DEVELOPPE AU MINISTRE NOS ARGUMENTS, EN PARTICULIER CEUX LIES A NOS RAPPORTS AVEC LE SENEGAL. J'AI MENTIONNE L'INTERET QUE LE PORTUGAL POURRAIT AVOIR A MENAGER UN PAYS AFRICAIN MODERE. CE SONT LA QUESTIONS QUE LE MINISTRE CONNAIT BIEN ET DONT IL NE MINIMISE PAS L'IMPORTANCE. IL ETAIT EGALEMENT AU FAIT DE NOTRE ACTION AU SEIN DES NEUF ET M'EN A VIVEMENT REMERCIE. MAIS SA POSITION N'A PAS ETE EBRANLEE. PERSONNELLEMENT M. PATRICIO SOUHAITERAIT QUE SON PAYS TRAITE AVEC NOUS, IL NE ME L'A PAS CACHE, COMME IL A RECONNU LA PREFERENCE DES CHEFS DE L'ARMEE DE L'AIR POUR LE MATERIEL FRANCAIS. DE LUI-MEME, IL A EVOQUE LA POSSIBILITE D'UNE FORMULATION DIFFERENTE DES RESTRICTIONS DE STATIONNEMENT SANS TROUVER A ME PROPOSER UNE REDACTION CONCILIABLE AVEC NOTRE POSITION DE FOND. IL A MIS EN AVANT L'IDEE QUE L'ASSURANCE POURRAIT ETRE DONNEE AU SENEGAL QUE LE PORTUGAL S'ABSTIENDRAIT DE TOUTE OPERATION CONTRE SON TERRITOIRE.

A AUCUN MOMENT LE MINISTRE N'A FAIT ETAT DE FACILITES QUE SON PAYS POURRAIT TROUVER DU COTE AMERICAIN.

LA QUESTION QUI NOUS OCCUPE N'A PAS ETE ENCORE EVOQUEE AU NIVEAU DU PRESIDENT DU CONSEIL. MAIS JE SUIS PERSUADE QUE MA CONVERSATION LUI SERA RAPPORTEE. M. CAETANO PEUT-IL, SUR UN SUJET COMME CELUI-LA, S'ECARTER DES THESES DU MINISTRE DE LA DEFENSE ET DE L'ETAT-MAJOR ? IL EST PERMIS D'EN DOUTER./.

BERNARD DURAND

Figura nº 11 - Continuação do Telegrama para Rui Patrício

Fonte: Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères, Documentação recolhida pelo Projeto de Investigação do CINAMIL, sobre a Política Militar Portuguesa – Prof. António Telo e TCor Pedro Marquês de Sousa

58 7 14

11 avril 1974

S/Direction d'Europe Méridionale

confidentiel

Portugal (B)
arm. F.

F I C H E
POUR M. DE MARGERIE

A/s Avions "Mirage"
pour le Portugal (stationnement).--

Par lettre N° 7221 du 20 février 1974 adressée au Ministre, le Ministre des Armées, faisant état de propositions fermes présentées par les autorités portugaises en vue de la fourniture par la France de 26 à 28 "Mirage" III ou V, dont six appareils bi-place, évoquait les modalités selon lesquelles pourraient être fixées les conditions de leur stationnement.

Aux termes d'une décision du Premier Ministre portée à la connaissance de la CIEEMG lors de la réunion restreinte du 4 février 1972, il avait été entendu que ces conditions de stationnement devraient être fixées par voie d'accord entre les deux gouvernements préalablement à la présentation en CIEEMG de la demande d'autorisation de vente des appareils.

Quant au contenu de l'accord à conclure, le Département, comme suite à la note de la Direction des Affaires Africaines et Malgaches N° 23 du 27 février 1974, avait été d'avis que les restrictions de stationnement devraient porter aussi bien sur l'Angola et sur le Mozambique que sur la Guinée Bissau et les îles du Cap Vert.

A la dernière réunion de la CIEEMG, le Ministère des Armées s'est refusé à accepter cette limitation, estimant qu'il suffisait d'exclure la Guinée Bissau et les îles du

.../.

Figura nº 12 - Restrições ao emprego dos *Mirage*

Fonte: Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères, Documentação recolhida pelo Projeto de Investigação do CINAMIL, sobre a Política Militar Portuguesa – Prof. António Telo e TCor Pedro Marquês de Sousa

ANEXO G – USO DE ARMAS QUÍMICAS E INCENDIÁRIAS NAS COLÓNIAS

MUITO URGENTE

MUITO SECRETO

DESCLASSIFICADO

REPUBLICA PORTUGUESA
ESTADO DE ANGOLA

COMANDO - CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS EM ANGOLA

QUARTEL-GENERAL
3ª REPARTIÇÃO

NOTA N.º 512 RO
P.º 340.0
Luanda, 25.488.1973

Exemplar nº 1
13

EMGFA Gab
Recbido em 4/7/73
P.º 2084 N.º 1705

PARA: CEMGFA

QUARTEL-GENERAL ASSUNTO: NAPALM E OUTRAS ARMAS INCENDIÁRIAS
REFERÊNCIA: Nota nº 06731/GC, de 08Mar73, do SGMH

Sobre o assunto em epígrafe e conforme solicitado na Nota em referência, informa-se o seguinte:

1. Tem sido feito uso muito restrito de NAPALM, na medida em que este tipo de munição é muito pouco eficaz contra os objectivos existentes no TO de ANGOLA.
2. Por se tratar do único tipo de bombas cujo lançamento não tem limitações de carácter meteorológico, o seu emprego tem sido praticamente reservado às situações em que, por carência de "tectos", se torna proibitivo o uso de outras bombas.

O CMDT-CHEFE DAS FAA
Joaquim da Luz Cunha
JOAQUIM DA LUZ CUNHA
GENERAL

Distribuição:
Exemplar nº 1 - CEMGFA
2 - Arquivo
3 - Copiador
4 - CIM - a destruir

Op5/s11
24Abr73

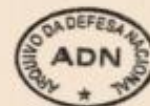
MUITO SECRETO

Figura nº 13 - Uso de *Napalm* e Armas Incendiárias em Angola, 1973

Fonte: Retirado da Tese de Mestrado "A Contabilidade em Ambiente de Guerra: O Caso Português da Guerra do Ultramar"

COMANDO-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS
DA GUINÉ

~~MUITO SECRETO~~
DESCLASSIFICADO



5a

CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

S.G.D.N.

EMBFA Gab
Recebido em 26/11/73
P.º 2034 N.º 1625

LISBOA

ASSUNTO: NAPALM E OUTRAS ARMAS INCENDIÁRIAS

REFERÊNCIA: V/Ofício Nº 06731/GC - Pº 2034 - MUITO SECRETO -
- 08Mar73

Em resposta ao ofício em referência informa-se:

1. No T.O. da GUINÉ é utilizado armamento aéreo com NAPALM e fósforo dos seguintes tipos:

- Bomba incendiária 300 Kg/350L
- Bomba incendiária 80 Kg/100L
- Granada incendiária M/64

2. Este armamento é utilizado pela Força Aérea, em especial durante a época seca:

- com vista à destruição pelo fogo de acampamentos camuflados, In ou suspeitos;
- contra locais ocupados ou de presença provável de forças In.

Em qualquer dos casos, procede-se sempre ao estudo e referência dos prováveis objectivos, a fim de se evitar na medida do possível que as populações sejam afectadas pelo emprego deste armamento aéreo.

3. A título complementar, esclarece-se que o citado armamento tem as seguintes vantagens operacionais:

- durante a época seca é o armamento mais eficiente para a destruição de acampamentos;

MUITO SECRETO

Figura nº 14 - Uso de *Napalm* e Armas Incendiárias na Guiné, 1973

Fonte: Retirado da Tese de Mestrado "A Contabilidade em Ambiente de Guerra: O Caso Português da Guerra do Ultramar"

- actua contra pessoal abrigado em valas a descoberto, o que não acontece com as bombas explosivas;
- é de grande efeito psicológico;
- a técnica de largada é fácil e a precisão é boa;
- é de utilização económica.

4. O consumo médio anual no T.O. da GUINÉ é o seguinte:

Bombas incendiárias 300 Kg/350L	501
Bombas incendiárias 80 Kg/100L	864
Granadas incendiárias M/64	3280

5. Julga-se que as vantagens de natureza operacional superam largamente os eventuais inconvenientes de ordem política.

O Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné

ANTÓNIO SEBASTIÃO RIBEIRO DE SPÍNOLA
GENERAL

501 $\frac{112}{21}$ 41,1..

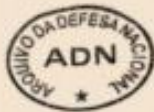
864 $\frac{112}{24}$ 22

QG/CCFAG/17Mar73
Nº 10046/C
Pº 3904
17Mar73

3280 $\frac{112}{273,1..}$
088
040

Figura nº 15 - Continuação do documento sobre o uso de *Napalm* e Armas Incendiárias na Guiné

Fonte: Retirado da Tese de Mestrado "A Contabilidade em Ambiente de Guerra: O Caso Português da Guerra do Ultramar"



DESCLASSIFICADO

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE
COMANDO-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS

MUITO SECRETO

EMBFA Gab

Recebido em 1973/273

P.º 2034 N.º 1697

4ABR73

Nota nº 2064/CC

Proc. LG-06632

Ao
Chefe do Estado-Maior General
das Forças Armadas

L I S B O A

Assunto: NAPALM E OUTRAS ARMAS INCENDIÁRIAS
Ref.º, S/nota nº 06731/GC - Proc. 2034 de 12MAR73.

1. Relativamente ao assunto da nota em referência, informa-se que desde 1968 até fins de Fevereiro de 1973 foram lançados por meios aéreos na 3ª RA os seguintes tipos de bombas Napalm e granadas incendiárias M/64:

	BOMBAS		GRANADAS INC. M/64 (a)
	80KG/100 LTS	300KG/350 LTS	
1968	889	126	-
1969	764	100	-
1970	290	-	962
1971	357	312	280
1972	514	282	480
1973 até 12MAR	26	-	-
TOTAIS	2840	820	1742

(a) Podem ser lançadas por meios terrestres e aéreos

MUITO SECRETO

Figura nº 16 - Registo do uso de *Napalm* e Armas Incendiárias entre 1968 e 1973 em Moçambique

Fonte: Retirado da Tese de Mestrado "A Contabilidade em Ambiente de Guerra: O Caso Português da Guerra do Ultramar"

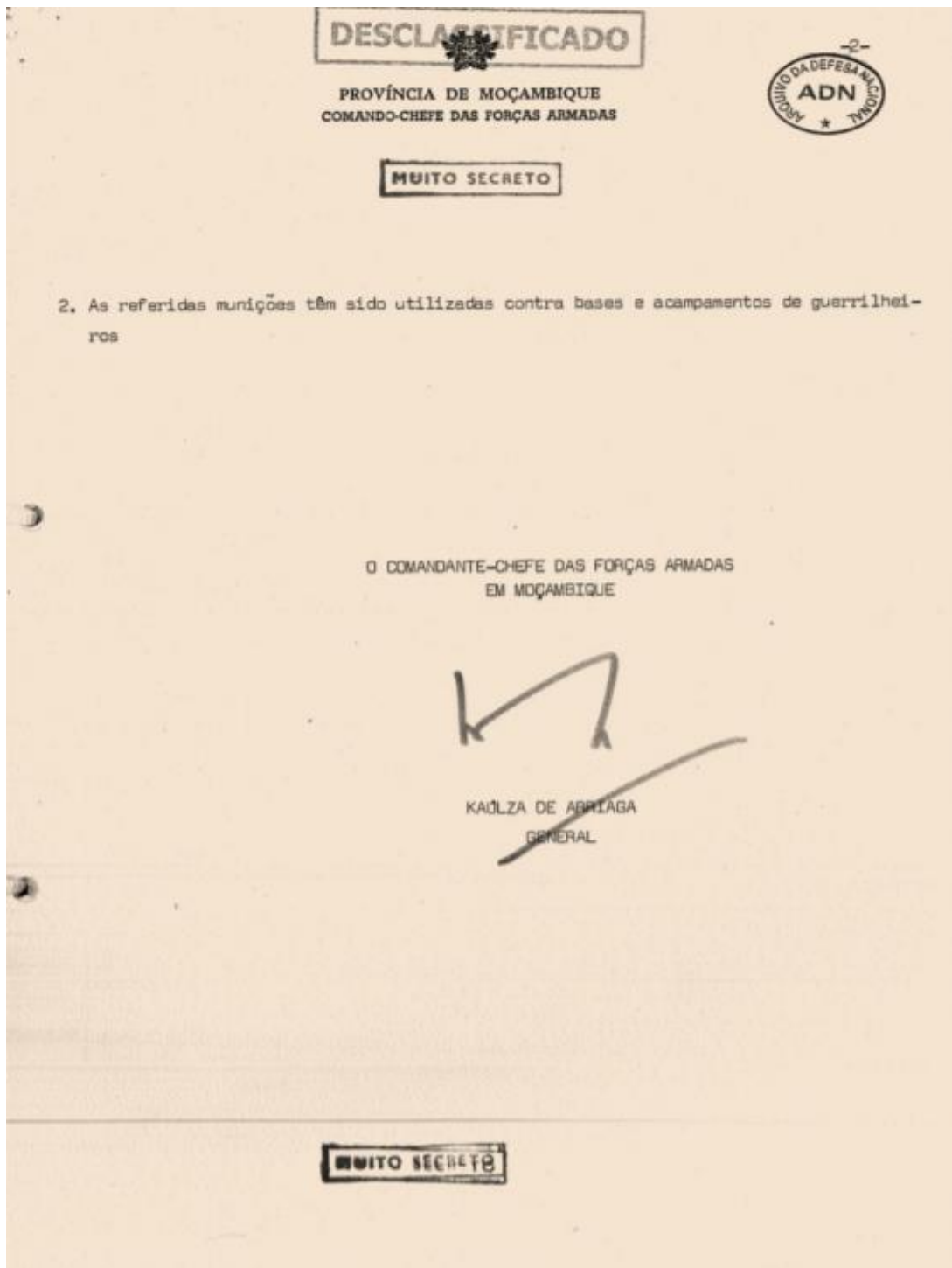


Figura nº 17 - Objetivos da utilização do *Napalm* e das Armas Incendiárias em Moçambique

Fonte: Retirado da Tese de Mestrado “A Contabilidade em Ambiente de Guerra: O Caso Português da Guerra do Ultramar”

ANEXO H – TROPAS PORTUGUESAS COM *NAPALM*



Figura nº 18 - Militar a segurar uma bomba de *Napalm*

Fonte: Imagem cedida pelo Tenente-Coronel Pedro Marquês de Sousa



Figura nº 19 - PV2 a ser carregado com bombas *Napalm*

Fonte: Imagem cedida pelo Tenente-Coronel Pedro Marquês de Sousa